Cadernos IHU em formação

Aborto

Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas
e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 4 – Nº 25 – 2008

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP - Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

Introdução	4
Depoimentos	8
Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto	
<i>Entrevista com Ivone Gebara</i>	10
“Sou absolutamente contra o aborto”	
<i>Entrevista com Zilda Arns</i>	14
“Se aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto”	
<i>Entrevista com José Roque Junges</i>	17
“A questão da discussão do aborto é urgente”	
<i>Entrevista com José Roberto Goldim</i>	22
“Consideramos necessário conciliar a defesa do feto com a defesa da mulher”	
<i>Entrevista com Dietmar Mieth e Irene Mieth</i>	25
“O aborto é um assunto de ordem plural, de saúde pública, um problema social e familiar”	
<i>Entrevista com Elaine Gleci Neuenfeldt</i>	27
A interrupção voluntária da gravidez: questões em aberto no interior da Igreja Católica	
<i>Por Lúcia Ribeiro</i>	31
Em defesa da vida: a Igreja e a questão do aborto	
<i>Entrevista com Lúcia Ribeiro</i>	42
A interrupção voluntária da gravidez: uma contribuição para o debate	
<i>Por Ivo Lesbaupin</i>	45
Direitos sexuais e reprodutivos	
<i>Entrevista com Daniela Knauth</i>	54
Bioética e religião: integradas na construção do ser humano	
<i>Entrevista com Silvio Rocha</i>	57

Introdução

A soma de vários fatores como a discussão da legalidade sobre o uso de células-tronco oriundas de embriões em pesquisas brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a discussão da legalização e da descriminalização do aborto pelo Congresso Nacional, a legalidade de um plebiscito nacional sobre o aborto e o tema da Campanha da Fraternidade de 2008 sobre *Fraternidade e defesa da vida* levaram a direção do Instituto Humanitas Unisinos – IHU a elaborar os *Cadernos IHU em formação* nº 25 sob o título *Aborto. Suas interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher*.

Com a reflexão de especialistas de diferentes áreas de conhecimento, o IHU coloca em discussão a interrupção voluntária da gravidez e suas interfaces, como também a discussão sobre a origem da vida humana na concepção e na gestação.

Segundo o relatório/2007 da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), 211 milhões de mulheres engravidam por ano no Planeta, das quais 87 milhões de forma involuntária. A América Latina concentra 17% dos casos de aborto em todo o mundo, atrás apenas da África, que responde por 58%. Os abortos clandestinos são a quarta causa de morte materna no Brasil, revela o relatório.

Segundo Carmem Barroso, diretora do IPPF, 46 milhões de abortos intencionais são realizados mundialmente a cada ano, dos quais 78% em países em desenvolvimento e 22% em países desenvolvidos. Outros 31 milhões de gestações são interrompidas espontaneamente ou resultam em fetos natimortos. Ou seja, 77 milhões de bebês deixam de nascer por causas naturais ou induzidas.

O relatório estima que ocorram 1 milhão de abortos por ano no Brasil – incluídos os espontâneos

e as interrupções ilegais da gravidez. A cada 100 mil crianças nascidas vivas, cerca de cinco mulheres morrem devido a procedimentos inseguros.

Segundo a médica Maria José Araújo, participante da comissão de especialistas que apresentou o relatório/2007 da IPPF, todos os anos, cerca de 230 mil mulheres buscam atendimento do SUS, devido a complicações, como hemorragias e perfuração do útero ou da parede vaginal. Mulheres negras, indígenas e pobres recorrem ao aborto em níveis desproporcionais. O número de procedimentos inseguros em adolescentes e mulheres muito jovens também está crescendo. Quase 3 mil meninas, de 10 a 14 anos, foram hospitalizadas com complicações pós-aborto em 2005, segundo o estudo. Entre as mulheres de 15 a 19 anos, mais de 46 mil precisaram de atendimento, afirma Maria José.

Todo esse quadro alarmante nos leva a um outro questionamento de caráter científico e ético muito sério: “Quando começa a vida?”. Na fecundação, quando o espermatozóide se une ao óvulo ainda na tuba uterina? Ou cinco dias depois, quando o embrião se embrenha na parede do útero, dando início à gravidez de fato? Poderia ser na quarta semana, quando o sistema nervoso começa a estabelecer suas raízes e o coração primitivo dá suas primeiras batucadas? Ou ainda, quem sabe, nove meses mais tarde, quando o bebê respira pela primeira vez fora da barriga da mãe?

Essa é a pergunta que está na base de toda a polêmica em torno das células-tronco embrionárias, e é sobre ela que se sustenta a ação de inconstitucionalidade movida no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as pesquisas com embriões humanos. Da sua resposta, dependem não só o futuro da ciência com células embrioná-

rias, mas questões relacionadas ao aborto, à regulamentação das práticas de reprodução assistida, e até mesmo os critérios legais para a doação de órgãos.

A resposta seria até simples, se a pergunta não estivesse errada, diz o especialista George Daley, pesquisador de células-tronco embrionárias e hematopoéticas do Children's Hospital de Boston e membro do Instituto de Células-Tronco de Harvard. Para Daley, “A pergunta que precisa ser feita não é ‘Quando começa a vida?’, mas ‘Quando começa o indivíduo ou quando começa o ser humano?’”. Em outras palavras: a partir de que momento o embrião deixa de ser um aglomerado de células para se tornar um ser humano distinto, com direito à vida, nome, identidade e passaporte?

A maioria dos cientistas, independentemente de suas opiniões pessoais, reconhece que não há uma resposta objetiva para a pergunta “Quando começa o ser humano?”. “A resposta mais adequada é ‘não sei’”, diz o especialista em bioética e professor aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) Marco Segre. “A vida existe na célula, no embrião, no ser nascido. A ciência descreve, a ciência é objetiva. O resto é cultura, é crença, é tudo que você quiser”, conclui o professor.

O entendimento de que a vida começa quando ainda não há atividade cerebral leva alguns juristas, como o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Cezar Britto e o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello a questionarem se a lei de doação de órgãos também seria inconstitucional. A doação é feita quando a vítima de um acidente, por exemplo, tem diagnosticada a morte cerebral. Se o Supremo entender que não é necessário existir atividade cerebral para a existência da vida, a doação de órgãos também pode ser contestada.

A bióloga Mayana Zata, uma das maiores especialistas em células-tronco do país, contesta a posição de muitos cientistas e juristas ao sustentar que “não existe um consenso sobre quando começa a vida. Cada pessoa, cada religião tem um entendimento diferente. Mas existe, sim, um consenso de que a vida termina quando cessa a ativi-

dade do sistema nervoso. Quando o cérebro pára, a pessoa é declarada morta. Pelo mesmo raciocínio, se não existe vida sem um cérebro funcionando, um embrião de até catorze dias, sem nenhum indício de células nervosas, não pode ser considerado um ser vivo. Pelo menos, não da forma que entendemos a vida. Por isso, todos os países que permitem pesquisas com embriões determinam que eles devem ter no máximo catorze dias de desenvolvimento. Os embriões congelados que se quer usar no Brasil têm ainda menos tempo, entre três e cinco dias”.

Ao referir-se a Campanha da Fraternidade/2008 da Igreja, a cientista Mayana comentou: “O lema da campanha da Igreja é: ‘Escolhe, pois, a vida’. Achei fantástico, porque essa também é a escolha dos cientistas. Estamos preocupados com os pacientes que morrem por causa de doenças neurodegenerativas ou que estão imobilizados por causa de acidentes. Por isso, é preciso que se entenda a diferença entre aborto e pesquisa com células-tronco embrionárias. No aborto, há uma vida dentro do útero de uma mulher. Se não houver intervenção humana, essa vida continuará. Já na reprodução assistida, é exatamente o contrário: não houve fertilização natural. Quem procura as clínicas de fertilização são os casais que não conseguem procriar pelo método convencional. Só há junção do espermatozóide com o óvulo por intervenção humana. E, novamente, não haverá vida se não houver uma intervenção humana para colocar o embrião no útero”.

A complexidade da problemática do aborto e o tema da Campanha da Fraternidade de 2008, sobre *Fraternidade e defesa da vida*, motivou Lúcia Ribeiro e Ivo Lesbaupin a participar destes *CADERNOS IHU em formação* nº 25, pois consideram o direito à vida como direito humano básico. “Defender o direito à vida implica defender o direito a todas aquelas condições que são necessárias para que haja vida humana: saúde, alimentação, trabalho, salário digno, habitação, saneamento básico, educação, segurança, transporte – ao conjunto dos direitos sociais, em suma. Se as pessoas não têm essas condições, elas não estão tendo o direito de viver. Defender o direito à vida significa, portanto, defender o direito ao desenvolvimento, em-

pregos dignos para todos, salários dignos, investimento na saúde pública, no saneamento básico, entre outras coisas. Significa exigir que os recursos públicos sejam destinados prioritariamente ao desenvolvimento do país, em benefício de toda a população, particularmente dos desatendidos, dos menos atendidos, dos desempregados, dos subempregados, dos trabalhadores. Isto é o que significa, em primeiro lugar, a defesa da vida, sobretudo num país como o Brasil”, reivindicam Lúcia e Ivo. Quanto ao aborto, os sociólogos Lúcia Ribeiro e Ivo Lesbaupin mostram, em seus artigos, que na Igreja Católica não há uma única posição, há diferentes posições e muitas e sérias razões para colocar o tema em debate.

A teóloga Ivone Gebara se coloca em defesa da legalização e da descriminalização do aborto. Justifica sua posição afirmando que “O aborto traz uma dor imensa, não é uma ação tranqüila. Mas deve ser uma opção em certas situações, como em caso de violência, de abuso sexual, e, de maneira especial, em relação às mulheres mais pobres. Essa é a bandeira que eu levanto”. Gebara defende também que a defesa do direito à vida deveria ser ampla, larga e restrita, a começar pelo direito a comer, beber e ter uma casa para dormir. Neste contexto, “O aborto aparece como um escudo de moralidade de algumas pessoas para não enfrentar grandes questões como fome, desemprego, violência, corrupção, acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Então, reduzem a moralidade social a questões relativas à sexualidade”, denuncia Gebara.

A médica pediatra e sanitária Zilda Arns se manifesta absolutamente contra o aborto e justifica sua posição: “tentar solucionar os milhares de abortos clandestinos realizados a cada ano no país com a legalização do aborto é uma ação paliativa, que apontaria o fracasso da sociedade nas áreas da saúde, da educação e da cidadania e, em especial, daqueles que são responsáveis pela legislação do país”. Ela vê o embrião como um ser humano completo em fase de crescimento “tanto quanto um bebê, uma criança ou um adolescente”.

Para o professor José Roque Junges, especialista em temas de Bioética, a discussão do aborto

“não pode ficar reduzida a uma bioética casuística que responda a necessidades imediatas e pragmáticas das ações com vistas a uma pura regulamentação jurídica ou a uma resposta sanitária, mas introduzir a bioética hermenêutica que tenta interpretar as mensagens simbólicas de significado antropológico que as ações expressam”.

José Roberto Goldim, biólogo e doutor em Medicina, sustenta que “é equivocado tratar do aborto descontextualizando o tema de suas múltiplas interfaces”. Para Goldim, “a visão do tema, dentro de uma perspectiva de uma sociedade pluralista, é bastante desafiadora. Precisamos buscar encontrar alguns consensos possíveis, e não uma resolução completa do tema”.

O casal Dietmar Mieh e Irene Mieth, ele teólogo moral e ela membro do grupo consultivo da Comissão Européia de Ética, defende que é necessário “conectar a defesa do feto com a defesa da mulher. A autodeterminação é importante, porém, do ponto de vista moral, não pode ser entendida como arbitrariedade, pois então o resultado de uma decisão seria moralmente indiferente”.

Para a teóloga Elaine Gleci Neuenfeldt, “discutir a interrupção da gravidez no campo da ética implica primeiro reconhecer as mulheres como sujeitos capazes de tomar decisões éticas com responsabilidade”. Para que isso seja possível, afirma Elaine, “precisa-se desconstruir a idéia de que quem advoga pelo direito e capacidade de decisão das mulheres é pró-aborto ou tem uma mentalidade abortista. Esta é uma avaliação equivocada e que, na maioria das vezes, reflete um pré-julgamento sobre a situação. Não se trata de defender o aborto como solução”.

Daniela Knauth, doutora em Etnologia e Antropologia Social discute a questão do direito sexual e reprodutivo. Daniela afirma que, internacionalmente, o Brasil tem se destacado com posições bastante progressivas em relação à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. “Com isso, podemos dizer que o Brasil é muito mais avançado do que países como os Estados Unidos. Por outro lado, no cotidiano brasileiro, ainda vemos a violação desses direitos, discriminação e preconceito em relação à orientação sexual. Um exemplo de tabu é visto claramente quando a questão se-

xual é uma razão para não contratar pessoas para uma empresa”.

O teólogo Silvio Rocha defende a posição de que não tem como separar os conceitos que regem a Bioética das crenças e religiões predominantes na sociedade. “Mudar essa posição é qua-

se impossível e desnecessária”, defende Silvio. Para ele, o debate religioso deve estar integrado aos estudos da Bioética, não só porque as religiões influenciam diretamente nos parâmetros da sociedade, mas porque essa temática ajuda na permanência de determinados valores.

Depoimentos

Considerando a complexidade do tema aborto, a *IHU On-Line*, antes de mergulhar na reflexão de especialistas sobre a interrupção voluntária da gravidez, decidiu ouvir a opinião de algumas pessoas pelo câmpus da Unisinos. As opiniões são bastante divididas. Confira:

“Eu sou contra o aborto, porque no momento em que a mulher engravidada já existe uma vida. Não interessa se ela está grávida há uma ou duas semanas. Há muitos meios para prevenir uma gravidez. Fica grávida quem quer.”

Sílvia Sander da Silva,
54 anos, dona de casa.

“Eu sou contra o aborto, porque acho que só Deus tem o direito de impedir que alguém possa nascer.”

Janete Ferreira de Oliveira,
42 anos, artesão.

“Eu sou a favor do aborto, mas depende do ponto de vista. Se for um caso de estupro, eu concordo. Se for por inseqüência, então eu sou contra. Temos que assumir os erros cometidos”.

Alex Santana,
34 anos, mestrando em Ciências Contábeis.

“Cada caso precisa ser estudado individualmente. É necessária uma política de educação de prevenção da gravidez indesejada. A população de baixa renda, que não tem acesso à educação ou a uma saúde pública de qualidade, deve ser informada sobre como prevenir a gravidez indesejada e instruir um planejamento familiar. No caso de a mulher não ter realmente condições de ter mais um filho, como uma última opção, ela teria a possibilidade de fazer aborto. Cada caso

deve ser avaliado com cuidado e respeito, pensando nas condições psicológicas, econômicas e de saúde. Mas o aborto não deve ser usado como método contraceptivo.”

Janáina Antunes Alves,
32 anos, estudante de Psicologia.

“Sou a favor em caso de estupro.”

Aline Kunzler,
23 anos, estudante de Biologia.

“Eu sou contra em casos de irresponsabilidade, de gravidez indesejada. A partir do momento em que você teve relação sexual, precisa arcar com as conseqüências. Em caso de um estupro, eu sou a favor, porque a pessoa violentada não tem culpa da conseqüência do ato. Em outros casos, sou contra o aborto como alternativa.”

Fabiano Machado Martins,
24 anos, estudante de Física.

“Eu acho que quem deveria decidir isso são as mulheres, que são as mais interessadas no assunto. Sou a favor de elas decidirem. Essa é uma questão que é somente abordada por homens. Como esses não engravidam, não poderiam decidir sobre o assunto.”

Guilherme Piletti,
23 anos, estudante de Jornalismo.

“Eu sou a favor do aborto em certos casos. Mas na maioria dos casos sou contra. É uma vida que tu tiras.”

Ricardo Luís da Costa,
32 anos, pedreiro.

“Eu sou contra o aborto, porque não consigo achar um motivo relevante que o justifique. Mas, ao mesmo tempo, também, sou a favor, porque

não sei como agiria se estivesse em uma situação em que o aborto é uma alternativa. Defendo o aborto no caso de abuso sexual.”

Débora Cristina Weber,
20 anos, estudante de Educação Física.

“Sou a favor do aborto quando se trata de estupro ou se a pessoa não tem realmente condições de cuidar do filho, como menores de até quinze anos, que não tem preparação para cuidá-lo.”

Diego Capela,
22 anos, estudante de Jornalismo.

“Eu tinha 19 anos e trabalhava em casa de família. Lá, eu conheci meu primeiro namorado e

engravidei. Ele não quis saber da criança. Eu sabia que a dona da casa onde eu trabalhava iria me demitir e que a minha mãe não ia deixar eu voltar para casa grávida. Desde o começo, eu sabia que não dava para ter um filho assim. Pedi ajuda, então, para a dona da casa onde eu trabalhava. Ela me levou a um médico, que me receitou um abortivo. Disse que era para eu tomar e ficar trancada no quarto sem sair porque podia doer. Assim que eu cheguei em casa, tomei. Tive uma cólica forte. Nunca me arrependi, porque não iria poder criar aquele filho; seria mais uma criança triste no mundo.”

Terezinha,
63 anos, aposentada.

Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto

Entrevista com Ivone Gebara

*Ivone Gebara é doutora em Filosofia, pela Universidade Católica de São Paulo, e em Ciências Religiosas, pela Université Catholique du Louvain, na Bélgica. Ela lecionou durante 17 anos no Instituto de Teologia do Recife, até sua dissolução, decretada pelo Vaticano, em 1989. Atualmente, vive e escreve em Camaragibe, Pernambuco. Percorre o Brasil e diferentes partes do mundo, ministrando cursos, proferindo palestras sobre hermenêutica feminista, novas referências éticas e antropológicas e os fundamentos filosóficos do discurso religioso. Tem vários livros e artigos publicados em português, espanhol, francês e inglês, entre eles **As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina** (São Paulo: Paulinas, 1989) e **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal** (Petrópolis, Vozes, 2000). Ivone concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** sobre a caminhada das mulheres e do movimento feminista, publicada na 210ª edição, de 5 de março de 2007.*

*“O aborto traz uma dor imensa, não é uma ação tranqüila. Mas deve ser uma opção em certas situações, como em caso de violência, de abuso sexual, e, de maneira especial, em relação às mulheres mais pobres. Essa é a bandeira que eu levanto”, afirma a teóloga Ivone Gebara, em entrevista concedida por telefone à redação da **IHU On-Line**, em 14 de maio de 2007.*

IHU On-Line – A senhora se posiciona favorável ao aborto? Em que sentido?

Ivone Gebara – Antes de responder diretamente a essa questão, gostaria de dizer que é preciso falar da descriminalização e da legalização do abor-

to. O aborto ainda é crime e criminaliza sempre a mulher, quando, muitas vezes, a escolha por fazê-lo não é dela. Sou a favor da descriminalização e da legalização do aborto porque acredito que existam certos problemas que não resolvemos apenas apelando para os bons princípios. O aborto traz uma dor imensa, ou seja, não é uma ação tranqüila. Mas deve ser uma opção em certas situações, como em casos de violência, de abuso sexual, e, de maneira especial, em relação às mulheres mais pobres. Essa é a bandeira que eu levanto. Não é que a legislação pelo aborto precise ser limitada às mulheres pobres. É que as mulheres de classe A, quando decidem fazer aborto, simplesmente fazem, enquanto que as mulheres pobres, quando optam por ele, são vítimas do próprio ato. Nesse sentido, os casos de mortalidade materna são muito grandes. Alguém pode me dizer que essa proposta faz sanar o mal com outro mal. Infelizmente, é isso. Se nós fôssemos pessoas ideais e não essa mistura de bem e mal, agiríamos de forma diferente. Mas somos essa mistura, essa contradição, essa divisão em nós mesmos. Por isso, a meu ver, o Estado deve garantir a possibilidade de aborto em casos necessários, assim como deve garantir outras leis em torno dos transplantes, da venda e do uso de drogas etc. Mas acredite que a problemática do aborto não é tranqüila para mim. Por isso, não se pode reduzi-la a um debate entre quem é a favor e quem é contra, por princípio.

IHU On-Line – E como a senhora se sente defendendo essa posição, mesmo sendo uma religiosa da Igreja Católica, instituição que é terminantemente contra o aborto?

Ivone Gebara – A Igreja já foi terminantemente contra uma porção de coisas. Foi contra o dinheiro a juros e, no entanto, põe seu dinheiro nos bancos e trabalha com juros. A Igreja hierárquica fala do princípio de respeito à vida, mas tem capelães militares, padres mandados para a guerra para responder às necessidades espirituais dos soldados. Não é também uma contradição quando se afirma o direito absoluto à vida? A decisão a partir apenas de princípios é profundamente ambígua e é muito fácil. O “por princípio” esconde um descompromisso com nossa realidade histórica. Pertencer a uma Igreja significa também ser capaz de discordar dela. É como pertencer a uma família. A discordância também faz avançar o próprio sentimento da pertença. Eu não aposto em uma Igreja marcada pelo dogmatismo e pelo autoritarismo puros. As posições que a Igreja tem tomado nesse particular não expressam nenhum consenso das comunidades cristãs. Muitas vezes, a Igreja e a imprensa têm trabalhado no sentido de impressionar emocionalmente o grande público.

Eu não estou pleiteando que o aborto seja identificado com a limitação da natalidade. O aborto é um problema dramático. Mas quero poder resgatar a vida dessas mulheres, sobretudo daquelas que se sentem marginalizadas pelo sentimento da culpa e pelas feridas em seu próprio corpo. Não posso dizer “tenha o filho e depois alguém vai te ajudar”. Não há ajuda coisa nenhuma! A gente sempre acaba esquecendo dos bons propósitos tomados emocionalmente.

Eu gostaria de poder frisar a capacidade de escolha das pessoas quando estão diante de certos problemas. Mas nem sempre temos condições de escolher o melhor. As escolhas são sempre condicionadas por situações que, às vezes, não dependem de nós. Por isso, o melhor caminho é sempre o da misericórdia, muito embora também aí possamos errar.

Ideologia anti-abortiva na igreja: um escudo

Quando nos dizemos pertencentes a uma Igreja, não necessariamente aceitamos tudo o que

dizem as autoridades eclesásticas de olhos fechados, de cabeça baixa. Temos o direito de discutir e discordar. O aborto deve estar em discussão também na Igreja. A defesa do direito à vida deveria ser ampla, larga e restrita. O primeiro direito à vida é o direito a comer, beber, dormir, ter uma casa. Existe uma ideologia anti-abortiva que, infelizmente, entrou na Igreja como se, através do aborto, pudéssemos nos esconder das grandes questões vitais. O aborto aparece como o escudo de moralidade de algumas pessoas para não enfrentar grandes questões: fome, desemprego, violência, corrupção, acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Então, reduzem a moralidade social a questões relativas à sexualidade.

IHU On-Line – Então o aborto não pode ser considerado um método de controle da natalidade?

Ivone Gebara – De forma alguma! E também não pode ser considerado um crime hediondo. Tenho visto alguns programas que falam assim: “A mãe que mata o filho”. Mas o que é isso? Essas propagandas são horrorosas e só fazem acentuar os preconceitos! Ou então: “Você está matando possivelmente o futuro Beethoven, o futuro Bach, o futuro Einstein, a futura Madre Teresa de Calcutá”. Tenha dó! Isso é apelação! Vários grupos católicos e não católicos fazem isso porque não têm contato com a população, com os pobres, com gente de rua, de favela e, portanto, desconhecem as dores reais vividas e contadas. Então, é muito fácil aconselhar quando se está fora do problema e falar de princípios quando se vive em berço esplêndido. Eu não gosto de falar de aborto, pois já fui muito castigada pela minha opinião. Mas há urgência nessa discussão. Trata-se de uma questão de democracia e de saúde pública. Quando uma lei é aprovada, não significa que todo mundo é obrigado a fazer o que a lei permite. A legalização do aborto é uma lei que deve estar disponível para que se faça uso dela quando necessário. A ausência dessa lei é perniciosa para as pessoas, para a democracia, e é uma porta aberta para os fundamentalismos religiosos e políticos tomarem conta do País.

IHU On-Line – O que a senhora pensa sobre o plebiscito da descriminalização do aborto? Esse é o melhor meio de discutir esse tema tão delicado? A sociedade está preparada para isso?

Ivone Gebara – Não é o melhor meio. O plebiscito sobre esses assuntos, num país tão heterogêneo e desigual como o nosso, não leva a absolutamente nada. O aborto envolve uma questão emocional. Não se pode polarizar entre o “a favor” ou “contra”, como eu disse. Se me perguntarem, eu vou dizer que sou contra o aborto. E também vou dizer que sou a favor da descriminalização e da legalização. Sou contra porque acho que eu não faria dentro das minhas condições. É claro, sou freira, tenho 62 anos, não corro esse risco. Mas emocionalmente, como escolha minha, eu não faria. No entanto, existem pessoas que precisam fazer e escolhem fazê-lo. O bem comum é pensar o que é bom para todo mundo. Proibir significa incitar a morte de uma quantidade enorme de jovens mulheres, que ficam inutilizadas ou mortas depois de um aborto mal feito. Por isso, não ter a lei é pior do que tê-la. Em muitos países onde a lei foi aprovada, houve uma diminuição considerável de casos de aborto. Sou pela lei, embora eu seja também pela educação. Toda lei exige educação. As igrejas não precisam se intrometer na polêmica de forma tão acirrada. Elas devem permitir a autonomia do Estado. Que se faça essa lei e que as igrejas eduquem seus fiéis a fazer as escolhas que elas consideram certas. A grande maioria dessas meninas, desses jovens que ficam nas ruas, nesses bares, nos bairros pobres, não frequenta a Igreja. A lei desta vai legislar para seres abstratos. A Igreja não está pleiteando uma legislação para seres concretos que estão à nossa volta. Por exemplo, quando não permite o uso da camisinha, de quem e para quem a Igreja está falando? De seres que não fazem sexo? Não existe nesse mundo esse negócio de não fazer sexo, a não ser se falamos em padre, em freira ou no papa. E, ainda assim, eu vou devagar com o andor.

IHU On-Line – Podemos conciliar a autonomia e a liberdade da mulher com a vida do embrião?

Ivone Gebara – Só a mulher tem liberdade. O embrião não é um ser autônomo. Eu até poderia querer que todos os embriões nascessem, mas sabemos que isso é impossível. Quantas mulheres ficaram grávidas e nem souberam, pois o embrião saiu com a menstruação? O que nós temos que fazer não é refletir sobre os embriões. Precisamos refletir, em primeiro lugar, sobre o problema social da saúde feminina, sobre a pessoa que está diante de nós. O ideal é que todas as mulheres pudessem levar adiante a gravidez e criar quantos filhos quisessem. Mas é preciso ver a sociedade como ela é, e ela é muito cruel com as mulheres, sob todos os pontos de vista. Mais uma vez fugimos para não enfrentar os problemas reais.

IHU On-Line – E como a senhora vê o estatuto do embrião?

Ivone Gebara – Não tem que existir estatuto de embrião. Isso é uma bobagem vestida de direitos. Nós podemos fazer o estatuto dos seres da lua? Não podemos. Um estatuto nos termos que se quer não tem razão de existir. Existencialmente, é algo furado. Claro que o aborto não pode ser feito em qualquer tempo da gravidez. A maioria das leis estabelece o limite para se fazer o aborto em até 12 semanas de gravidez. Não entendo como alguém pode falar de estatuto do embrião. Se engravidou não se pode mexer, nem que esse embrião coloque em risco a vida da mãe? Mas não seria melhor fazer leis capazes de garantir que o embrião fecundado e em desenvolvimento seja bem nutrido, e que a mãe precisa ser cuidada etc.? Por que não fazem um estatuto para as pobres grávidas? Dêem, então, a elas comida e acompanhamento para que elas tenham filhos saudáveis. Ninguém pensa nisso. Que a lei garanta moradia, comida e bebida sadia às grávidas. O chamado estatuto do embrião, enfim, é mais uma das incríveis fantasias de nosso tempo.

IHU On-Line – O problema do aborto poderia ter uma outra solução do que uma lei a favor ou essa é a única resposta?

Ivone Gebara – O aborto é um problema sério e é um problema social e de saúde pública. Muitas mulheres carregam seqüelas e culpa até o final da vida, acentuadas pela propaganda dos fundamentalistas da Igreja. Ninguém está dizendo que é uma coisa agradável e de uso indiscriminado. Só estamos dizendo que é algo necessário e que deve

haver o direito da escolha para utilizar este meio. Eu não sou obrigada a beber cachaça só porque existe uma lei me permitindo consumir bebida alcoólica a partir dos 18 anos. Não sou obrigada a comprar uma arma porque estão disponíveis no mercado. Com o aborto é a mesma coisa. Se existe a lei não significa que vou necessariamente usá-la. Mas a lei justamente garante a minha liberdade de escolha.

“Sou absolutamente contra o aborto”

Entrevista com Zilda Arns

Zilda Arns, além de médica pediatra e sanitária, é também fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Viúva desde 1978, mãe de cinco filhos e avó de nove netos, vem recebendo diversas menções especiais e títulos de cidadã honorária no país. Da mesma forma, a Pastoral da Criança já recebeu diversos prêmios pelo trabalho que vem sendo desenvolvido desde a sua fundação. Formada em Medicina, aprofundou-se em Saúde Pública, visando a salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário. Compreendendo que a educação revelou-se a melhor forma de combater a maior parte das doenças de fácil prevenção e a marginalidade das crianças, para otimizar a sua ação, desenvolveu uma metodologia própria de multiplicação do conhecimento e da solidariedade entre as famílias mais pobres. Zilda é também irmã do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

*Na visão da médica pediatra e sanitária Zilda Arns “tentar solucionar os milhares de abortos clandestinos, realizados a cada ano no país, com a legalização do aborto é uma ação paliativa, que apontaria o fracasso da sociedade nas áreas da saúde, da educação e da cidadania e, em especial, daqueles que são responsáveis pela legislação no país”. Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, em 14 de maio de 2007, Zilda vê o em-*

brião como um ser humano completo em fase de crescimento “tanto quanto um bebê, uma criança ou um adolescente”

IHU On-Line – Em que a senhora fundamenta sua posição radicalmente contrária ao aborto?

Zilda Arns – Sou absolutamente contra o aborto. Em primeiro lugar, sou a favor da vida, e fundamento meu ponto de vista não somente na fé cristã, mas também na ciência e em aspectos éticos e jurídicos. Já está comprovado cientificamente que o feto é um ser humano completo, desde a sua concepção e, por isso, tem direito à vida, como defende o artigo quinto da Constituição Brasileira¹ e o artigo segundo do Código Civil.² Cabe ao Estado o dever de tutelar e proteger a vida do embrião ou do feto de qualquer ameaça, sob pena de violação dos direitos humanos.

Sou médica pediatra e sanitária, com mais de 47 anos de experiência em saúde pública. Além disso, estou nos últimos 24 anos à frente da Pastoral da Criança (instituição que acompanha 1,9 milhão de crianças com menos de seis anos, em 42 mil comunidades pobres do país). Por isso, tenho a convicção de que medidas educativas e preventivas são as únicas soluções para o problema das gestações não desejadas. Tentar solucionar problemas, como a gravidez indesejada na adolescência, ou atos violentos, como estupros e os milhares de abortos clandestinos realizados a cada ano no país, com a legalização do aborto, é

¹ Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Nota da **IHU On-Line**)

² Art. 2º: A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. (Nota da **IHU On-Line**)

uma ação paliativa, que apontaria o fracasso da sociedade nas áreas da saúde, da educação e da cidadania e, em especial, daqueles que são responsáveis pela legislação no país. Não se pode consertar um crime com outro ainda maior, tirando a vida de um ser humano indefeso. É preciso investir na educação de qualidade, nas famílias e nas escolas.

É preciso, antes de tudo, refletir. Será que nos países em que esse e outros abortos são permitidos, os jovens e as mulheres estão mais conscientes e têm menos problemas? Esta e outras questões estão relacionadas na carta que enviei, no final de 1997, ao Congresso Nacional como apelo da Pastoral da Criança em defesa da Vida, e artigos publicados em revistas e jornais nos últimos anos. Antes de qualquer coisa, é preciso diminuir a desigualdade social e dar mais oportunidades, principalmente às mulheres mais pobres.

IHU On-Line – Como podemos formular a questão do estatuto do embrião, considerando sua implicação na questão do aborto?

Zilda Arns – O embrião é um SER HUMANO completo em fase de crescimento tanto quanto um bebê, uma criança ou um adolescente. Com a evolução das ciências da reprodução humana, mais especialmente nas últimas duas décadas, não há a menor dúvida de que a vida do SER HUMANO se inicia no momento da concepção. Não se trata de um amontoado de células. Quando se dá o encontro gamético, produz-se a primeira unidade da vida, que contém toda herança genética e todos os requisitos para caracterizar a vida. As novas tecnologias, como o ultra-som, o monitoramento do coração do feto, a fetoscopia³ e a histeroscopia,⁴ para acompanhar o que se passa no interior do útero, comprovam ainda que o feto resiste e se defende dos agentes externos, que porventura querem lhe tirar a vida. Para

quem se interessar, pode confirmar essas informações assistindo ao vídeo *Grito silencioso*,⁵ que mostra as reações do feto em um processo de aborto induzido, realizado em um país onde a prática é permitida.

IHU On-Line – Como se caracteriza a abordagem ética do aborto?

Zilda Arns – Existe um princípio de injustiça nessa prática. Mais uma vez, ao invés de consertar o tecido social roto, querem jogar sobre a mulher o pesado fardo da injustiça social, oferecendo-lhe a oportunidade de abortar o filho que veio abrigar-se em seu ventre, filho esse que não planejou ou que foi concebido como consequência de um ato violento. Pesquisas da Organização Mundial da Saúde (OMS) et al, publicadas em 1994, comprovam que crianças mal tratadas, oprimidas, violentadas em seu primeiro ano de vida têm forte tendência a se tornarem violentas e criminosas. Portanto, há de se cuidar do ser humano, desde a gestação, e dar prioridade a atender às crianças pequenas, menores de seis anos, e, mais especificamente, às crianças menores de um ano, somando as forças das famílias, da sociedade e dos governos, para que o tecido social seja forte e preservado. A ética e a moral não são exclusivas da religião. Devem servir de guia para toda a sociedade, incluindo a ciência e a técnica. Não faltam cientistas, juristas e legisladores que, no exercício de seus mandatos e profissões, têm como objetivo maior a defesa e a promoção da vida, a serviço do bem comum.

IHU On-Line – O aborto é um problema que precisa de uma solução, ou ele pode ser uma solução?

Zilda Arns – Felizmente, muitas pessoas comprometidas com o bem-estar das mulheres optam por vestir a camisa da erradicação da pobreza, da mi-

³ Fetoscopia: trata-se de um procedimento onde se associa a ultra-sonografia e a videolaparoscopia, com o objetivo de se visualizar diretamente o feto, no interior da cavidade amniótica. Esse procedimento também é conhecido como cirurgia endoscópica fetal. (Nota da *IHU On-Line*)

⁴ Histeroscopia: a vídeo-histeroscopia é um método que oferece uma imagem direta, tridimensional dos órgãos internos sem que haja intervenção cirúrgica. A histeroscopia é método que já permite ao médico analisar diretamente a cavidade uterina da paciente e encontrar alterações que, sob outros meios, estariam quase ocultas. A técnica pode ser feita em ambulatório. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵ Disponível em: http://www.silentscream.org/silentsc_port.html (Nota da *IHU On-Line*)

séria e da ignorância que as oprime, principalmente nos países mais pobres. Para gerar desenvolvimento e, por conseqüência, boas condições de saúde e de vida, é preciso investir em educação de qualidade e criar políticas públicas de assistência materno-infantil, de orientação aos adolescentes, às mulheres e às famílias, a fim de que elas tenham melhores oportunidades de estudo e de desenvolverem-se no futuro. A prática de abortos seria um retrocesso da saúde pública, que, ao invés de investir na qualidade de vida da população, passaria a reproduzir uma cultura de incentivo à morte, à violência.

IHU On-Line – Uma lei a favor pode ser a única resposta ao problema do aborto?

Zilda Arns – Sob o ponto de vista de políticas de saúde, seria muito mais humano e econômico à nação investir em qualidade de vida e melhor assistência à saúde do que investir contra o ser humano indefeso. Não se pode eliminar a pobreza por meio da eliminação dos pobres, assim como não se pode eliminar a violência de uma gravidez indesejada mediante outra forma de violência, como é o aborto. Tenho certeza de que nossos deputados e senadores não se deixarão seduzir pela cultura da morte e da corrupção e lutarão pelo respeito à vida e por melhor qualidade de vida para todos. Afinal, o Código Civil, no artigo segundo, afirma: “A personalidade civil do homem começa no nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro”.

IHU On-Line – Como lidar com a mentalidade abortista, tão presente na sociedade, que banaliza a questão do aborto?

Zilda Arns – Feministas famosas, realmente comprometidas com o bem-estar das mulheres, com o evento das novas tecnologias e conhecedoras profundas do sofrimento humano, deixaram a

bandeira do aborto e optaram pela bandeira da erradicação da pobreza, da miséria, da ignorância que oprime as mulheres, principalmente nos países em desenvolvimento. Lembro-me de médicos, tais como o Dr. Bernard N. Nathanson, M.D. co-fundador da Liga Nacional pelos Direitos ao Aborto nos Estados Unidos, e diretor da maior clínica abortista do mundo, responsável por mais de 75 mil casos desse tipo, converteu-se em defensor da vida, devido a um conhecimento mais profundo do ser humano, em razão dos avanços da ciência e dos aparelhos de tecnologia avançada. Dr. Nathanson convenceu-se da existência da vida humana desde o momento da concepção. Ele advertiu ainda sobre as estatísticas falsas de morte de mulheres em conseqüência de abortos clandestinos. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) confirma não existir nenhuma pesquisa sobre esse assunto no Brasil, apesar de muitas vezes serem divulgados falsos dados remetendo ao nome da organização.

IHU On-Line – Podemos conciliar a autonomia e a liberdade da mulher com a vida e a defesa do embrião?

Zilda Arns – Trata-se de um princípio de convivência de dois seres humanos. O “outro” é o limite de nossa liberdade. Se a mulher tem direitos e deveres, eles não podem interferir ou impedir o direito à vida de outro ser humano, ou seja, o fato de ela ser gestante de um embrião não lhe possibilita qualquer ação que possa prejudicar a vida dele.

IHU On-Line – O que a senhora pensa sobre o plebiscito da descriminalização do aborto?

Zilda Arns – Hoje, estou convencida de que o aborto não é matéria para entrar num plebiscito, porque não se pode votar pela vida ou morte de um ser humano inocente e sem defesas.

“Se o aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto”

Entrevista com José Roque Junges

José Roque Junges é padre jesuíta, professor do PPG em Ciências da Saúde da Unisinos e especialista nos temas de Bioética, Ética Ambiental e Saúde Coletiva. Junges possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Teologia, pela Pontifícia Universidad Católica de Chile, e doutorado em Teologia Moral, pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, Itália. É também editor associado da **Revista Brasileira de Bioética** (RBB), vice-presidente da Sociedade Rio-grandense de Bioética e membro da Sociedade Brasileira de Teologia Moral – SBTM. Tem experiência na área de Teologia, Filosofia e ética, com ênfase em bioética. Entre seus livros publicados, citamos **Bioética: perspectivas e desafios** (São Leopoldo: Unisinos, 1999), **Ecologia e Criação: resposta cristã à crise ambiental** (São Paulo: Loyola 2001), **Ética ambiental** (São Leopoldo: Unisinos, 2004), e **Bioética: Hermenêutica e Casuística** (São Paulo: Loyola, 2006).

Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, em 14 de maio de 2007, Junges reflete sobre o aborto como sendo um fenômeno complexo, por considerá-lo “fruto de causas desconhecidas ou de decisões atormentadas”. Por isso, afirma Junges, “não se pode reduzir a discussão à pura abordagem sociológica fundada em fatos e estatísticas nem à abordagem jurídica em favor ou contra uma lei. Essa perspectiva casuística do ‘pode’ ou ‘não pode’ e das condições para a aceitabilidade de um e de outro desconsidera as questões mais fundamentais, que são éticas”.

IHU On-Line – Em que consiste a abordagem ética do aborto (bioética hermenêutica) que não se reduz à abordagem jurídica ou sociológica (bioética casuística)?

José Roque Junges – O grande sanitarista italiano Giovanni Berlinguer⁶ afirma que o aborto é o lado obscuro das funções reprodutivas humanas, porque é fruto de causas desconhecidas ou de decisões atormentadas, porque termina um processo tendente ao nascimento de um ser humano e porque é sempre um flagelo para as mulheres em idade fértil. Esse lado obscuro, e muitas vezes sofrido do aborto, exige que o tema não seja tratado com leviandade, desconsiderando a complexidade do fenômeno. Por isso, não se pode reduzir a discussão à pura abordagem sociológica fundada em fatos e estatísticas nem à abordagem jurídica em favor ou contra uma lei. Essa perspectiva casuística do “pode” ou “não pode” e das condições para a aceitabilidade de um e de outro desconsidera as questões mais fundamentais, que são éticas. Nesse sentido, é necessário colocar entre parênteses posicionamentos motivados por interesses imediatos e pragmáticos e tentar uma reflexão ética em profundidade que vai aos significados simbólicos das ações humanas. A filósofa francesa Monique Canto-Sperber,⁷ referindo-se ao aborto, diz que a reflexão ética pode desempenhar um papel considerável na justificação pública de escolhas e decisões, com a condição de que não seja confundida com o que ela não é: um exame sociológico e uma regulamentação jurídica. A discussão sobre o aborto, em geral, se reduz a essas duas perspecti-

⁶ BERLINGUER, G. **Bioética cotidiana**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

⁷ CANTO-SPERBER, M. **A inquietude moral e a vida humana**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

vas. Isso obriga a retornar à especificidade da ética, não entrincheirando-se em um bastião particularista que responde a interesses casuísticos, mas procurando interpretar as questões de fundo envolvidas na questão do aborto, que são simbólicas, pois apontam significados. Daí a necessidade de uma reflexão séria, honesta e serena sobre a questão. Por isso, a discussão não pode ficar reduzida a uma bioética casuística que responde a necessidades imediatas e pragmáticas das ações com vistas a uma pura regulamentação jurídica ou a uma resposta sanitária, mas introduzir a bioética hermenêutica que tenta interpretar as mensagens simbólicas de significado antropológico que as ações expressam. Toda ação moral tem uma dimensão pragmática (necessidade) e uma dimensão expressiva ou simbólica (significado). Quanto mais as ações são caracterizadas por uma complexidade simbólica, como é aquela que envolve o aborto, elas não podem ser restringidas a necessidades imediatas, porque passam uma mensagem de fundo que necessita interpretação para uma tomada de consciência ética, em vista da autonomia moral da ação.

IHU On-Line – O aborto é um problema para o qual é necessário encontrar uma solução ou ele é a solução para outras questões em geral não formuladas?

José Roque Junges – Essa é uma questão ética prévia necessitada de resposta para a sua definição jurídica. Se o aborto é um problema (por exemplo, os abortos clandestinos), então é necessário propor soluções que possam prevenir a necessidade do recurso ao aborto. Nesse caso, trata-se de propor leis que atacariam as causas do aborto como, por exemplo, o planejamento familiar; a superação da discriminação com as mães solteiras e ajuda aos seus filhos; uma rígida legislação para proteger o emprego da mulher grávida e em tempo fértil; leis que facilitem e promovam a adoção dentro de parâmetros jurídicos; o amparo

social vitalício para filhos excepcionais; a introdução do salário maternidade; a multiplicação de creches; e a melhoria na situação de pobreza. Portanto, se o aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto. Não atacando as causas do aborto, está se perpetuando a situação social que o provoca. A lei deveria ser no sentido de prevenir o aborto, como muito bem afirma o já citado Giovanni Berlinguer. Mas, se o aborto é solução, então é necessário explicitar para quais problemas ele é solução, e se essa é eticamente aceitável para o que ela quer responder. Só para dar um exemplo, se o aborto é proposto como solução para a gravidez de adolescentes, a pergunta a ser feita é se o tipo de cultura sexual a que os jovens hoje são expostos é aceitável e sadia para o seu desenvolvimento psicológico e moral. Propor o aborto é desviar a questão e não ter a coragem de ir à raiz do problema. Nessa perspectiva, é bom lembrar o desafio posto pelo jornalista Jean-Claude Guillebaud,⁸ em seu livro *A tirania do prazer* (Rio de Janeiro: Bertrand, 1999): a necessidade de uma séria revisão crítica dos resultados da revolução sexual, como se fez de outras revoluções modernas que passaram pelo crivo da análise crítica. No entanto, parece que a revolução sexual é ainda uma caixa preta que não se pode tocar. A falta dessa revisão crítica pode, segundo Guillebaud, provocar novamente na cultura uma reação repressiva.

IHU On-Line – O aborto pode ser considerado um método de controle da natalidade?

José Roque Junges – Esse seria um outro exemplo de quem propõe o aborto como solução. Quando outros métodos de controle da natalidade falharam, resta para alguns o recurso do aborto. Isso significaria equiparar a eliminação consciente e deliberada de um simples óvulo com a eliminação de um embrião. Tratam-se de realidades diversas que não podem ser colocadas no mesmo patamar, pois o óvulo tem apenas a possibilidade

⁸ Jean-Claude Guillebaud: jornalista, ensaísta e diretor literário da prestigiada Editora francesa Seuil; autor de diversas obras, entre elas *A traição do Iluminismo* (Prêmio Jean Jacques Rousseau, 1995) e *A tirania do prazer* (Prêmio Renaudot de Ensaio, 1998), sendo referência obrigatória nas interlocuções de um possível “neocristianismo”, defendido por teólogos protestantes e católicos, que recuperam as bases cristãs dentro de uma epistemologia coerente, não alicerçada somente no irracionalismo da fé. (Nota da *IHU On-Line*)

remota potencial de tornar-se um embrião, enquanto o embrião detém as potencialidades genômicas reais de um ser humano. Por isso, o aborto não seria eticamente aceitável como método de controle da natalidade.

IHU On-Line – Em que medida se pode relacionar o fenômeno do aborto com a mentalidade abortista que banaliza a questão?

José Roque Junges – Abortos sempre aconteceram, considerados como um último recurso e assumidos como um mal inevitável, porque não havia outra saída. A própria doutrina moral católica aceita a possibilidade do aborto chamado de indireto pelo princípio do duplo efeito.⁹ A diferença em relação aos nossos tempos é que o aborto está se tornando um fato aceito como normal e corriqueiro, não mais uma pura saída para situações extremas, mas até um direito a se exigir. Esse fenômeno sociocultural do surgimento de uma mentalidade abortista é um desafio, porque leva a banalizar o aborto, à medida que ele é colocado ao lado de outras intervenções médicas, esvaziando-o de sua complexidade simbólica. Essa mentalidade faz parte de um paradigma cultural mais amplo de inspiração liberal, centrado no indivíduo autônomo. Esse paradigma moderno, e sua conseqüente mentalidade, está sendo criticado pela sua perspectiva individualista, carente da dimensão inter-relacional. Ele pode ser apontado como causa das mazelas sociais e morais da sociedade atual. A questão ecológica é apenas um exemplo desta falta de sensibilidade para o contexto inter-relacional. Vivemos numa sociedade de indivíduos centrada na reivindicação dos direitos de cada um e com pouca consciência para as interdependências. A discussão sobre aborto pode ser afetada por essa dinâmica cultural, ficando reduzida à questão jurídica de quem é detentor de direitos: a mulher ou o embrião. Introduzindo o paradigma relacional, o enfoque será outro. Essa

é a proposta do jurista italiano Francesco D’Agostino,¹⁰ no sentido de contrapor ao paradigma individualístico-libertário, para o qual o direito serve para garantir os direitos dos indivíduos, o paradigma relacional, no qual o sistema jurídico serve para defender as expectativas da pessoa em sua realidade de sujeito-em-relação. Para esse paradigma, é juridicamente ilícita toda modalidade de relação que altere a simetria da reciprocidade, dando a um dos elos poderes e privilégios que o outro elo não detém. Para essa compreensão, não são defensáveis bens e valores que sejam incompatíveis com a lógica da reciprocidade. Se o aborto for compreendido na perspectiva relacional, ele aparecerá sob outro enfoque jurídico. Mas, para isso, é necessário introduzir a questão do estatuto do embrião.

IHU On-Line – Como se formula a questão do estatuto do embrião, considerando sua implicação na questão do aborto?

José Roque Junges – Gostaria de iniciar com a afirmação do pioneiro na pesquisa da reprodução humana na França, Jacques Testart,¹¹ que se encontra na entrevista dada à revista *La Vie*: “Eu sou ateu e não creio que o embrião seja sagrado, mas para mim ele merece respeito e não pode ser considerado como um material à imagem de um embrião de rato”. Essa afirmação de um ateu ajuda a rebater aqueles que desconsideram e desautorizam como interlocutor na discussão qualquer pessoa que defende o embrião como sendo motivada por uma mentalidade religiosa, com argumentos confessionais de autoridade e não livre para refletir e discutir. A discussão sobre o estatuto do embrião deve, antes de nada, ser uma discussão ética que não pode estar fundada em dogmas religiosos e muito menos em seus substitutivos atuais, os dogmas científicos. Se a discussão sobre o aborto não se fecha às questões simbólicas de fundo implicadas, termina colocando a questão do estatuto

⁹ Princípio do duplo efeito: aborto em casos obstétricos em que o agravamento do mau estado de saúde da gestante coloca o médico na situação de ver esvaírem-se duas vidas humanas, sem dispor de recursos eficazes para tentar a salvação de ambas. Ocorre em casos como a gravidez ectópica, carcinoma do cervix uterino, ou câncer do ovário ou do útero. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ D’AGOSTINO, F. *Bioética segundo o enfoque da Filosofia do Direito*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

¹¹ Deste autor é conhecido entre nós o seu livro J. TESTART. *O ovo transparente*. São Paulo: Ed. Edusp, 1995.

do embrião. Nessa discussão, é necessário explicitar a posição em relação ao embrião, porque ela expressa a complexidade simbólica do fato. A definição do estatuto do embrião não é uma questão casuística como é o caso da reanimação ou não de um neo-nato em situação desastrosa ou de um aborto para salvar a vida da mãe. O estatuto é uma questão diferente e superior. Não se trata de aplicar princípios, mas de se dar princípios ou reconhecer-los como agente moral. Não se trata de decidir uma ação concreta, mas de identificar moralmente um ser. Neste caso, é necessário abstrair de fatos concretos e delimitações para adquirir o ponto de vista moral caracterizado como desinteressado e imparcial. Por isso, o ponto de partida não pode ser jurídico, interessado em criar regras coletivas entre iguais, mas ético, significando posicionar-se como agente moral diante de alguém ainda não participante do consenso e do qual ainda não posso ter experiência de um outro como um eu. Quem argumentou sobre essa questão de uma maneira consistente foi Vincent Bourguet, em seu livro *O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano*.¹² Para ele, a definição do estatuto do embrião depende da resposta a duas questões. A primeira deve ser dada pela ciência: o embrião é uma individualidade biológica humana. A segunda, por sua vez, deve ser respondida pela ética: essa individualidade merece a categoria moral (não ontológica) de pessoa identificada com respeito. Quanto à primeira, ela exa-

mina as teorias científicas de definição da individualidade de qualquer ser vivo que, em última análise, é sempre processual e definido, segundo Bourguet, pelo genoma. Aqui aparece o clássico contra-argumento dos gêmeos monozigóticos, rebatido por ele, porque se confunde a cisão do conjunto celular inicial em dois com a segmentação celular dos seres vivos unicelulares ou com a mitose das células sexuais reprodutivas. A segunda questão é essencialmente ética: em que medida essa individualidade biológica humana merece, no sentido moral, o respeito devido a uma pessoa? Aqui o autor fundamenta-se em Kant,¹³ Husserl¹⁴ e Levinas.¹⁵

IHU On-Line – É possível conjugar a defesa e a autonomia da mulher e a defesa do embrião?

José Roque Junges – Esses posicionamentos antagônicos são o pomo da discórdia entre o grupo *Pro-life*, que defende o respeito ao embrião, e o grupo *Pro-choice*, que defende a autonomia da mulher. Eles parecem irreconciliáveis. Um grupo de mulheres americanas (3 *Pro-life* e 3 *Pro-choice*) tentaram dialogar sobre o aborto, por inspiração do Arcebispo católico de Boston e do Governador de Massachussets da época, em resposta ao clima tenso criado pela tragédia perpetrada por John Salvi, na cidade de Boston, em 30 de dezembro de 1994, contra clínicas que praticavam aborto, assassinando duas funcionárias e ferindo

¹² BOURGUET, V. *O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

¹³ Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. A *IHU On-Line* número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador. Também sobre Kant, foi publicado este ano o *Cadernos IHU em formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*. Os *Cadernos IHU em formação* estão disponíveis para download na página www.unisinos.br/ihu do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁴ Edmund Husserl (1859-1938): filósofo alemão, principal representante do movimento fenomenológico. Marx e Nietzsche, até então ignorados, influenciaram profundamente Husserl, que era um crítico do idealismo kantiano. Husserl apresenta como idéia fundamental de seu antipsicologismo a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como o da intuição *eidética* e *epoché*. Pragmático, Husserl teve como discípulos Martin Heidegger, Sartre e outros. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁵ Emmanuel Levinas: filósofo e comentarista talmúdico, nasceu em 1906, na Lituânia, e faleceu em 1995, na França. Desde 1930, era naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo*, de 1927, o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza o pensamento de Levinas. Ele é autor do livro que o consagrou *Totalité et infini. Essai sur l’extériorité* que foi traduzido para o português com o título *Totalidade e infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). No Brasil, a Editora Perspectiva, publicou *Quatro leituras talmúdicas*, em 2003, e a Editora Vozes, *De Deus que vem a idéia*, em 2002. (Nota da *IHU On-Line*)

outras. A fúria homicida de Salvi deixou enraivecidos os membros do *Pro-choice* e preocupados os do *Pro-life* pelas repercussões em função da causa. O grupo dialogou durante três anos, constatando que nunca chegariam a um acordo, mas que era possível conversar sobre o tema de uma maneira respeitosa para explicitar e tentar entender as razões de uma e outra posição. Embora não haja acordo, creio que é possível ao menos tentar entender a perspectiva da outra posição. Os que defendem a autonomia da mulher tentam abrir-se para compreender o significado antropológico e simbólico do embrião e suas implicações morais, e

os que defendem o embrião tentam entender o sofrimento e o beco sem saída em que se encontram mulheres em situação de abortar. As mulheres não abortam por bel-prazer, pois o aborto, em geral, é fruto de decisões atormentadas. Por outro lado, aos que defendem a pura autonomia na decisão de abortar, é necessário perguntar a que tipo de autonomia se referem. Trata-se da autonomia individualista, isenta da dimensão inter-relacional e da interdependência que privatiza a questão do aborto? Essa compreensão de autonomia está justamente na raiz das conseqüências negativas da modernidade que estão sendo questionadas.

“A questão da discussão do aborto é urgente”

Entrevista com José Roberto Goldim

José Roberto Goldim possui doutorado em Medicina (Clínica Médica), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é biólogo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor convidado da Universidade do Porto e da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, biólogo do Conselho Regional de Biologia 3ª Região, membro do Conselho Consultivo da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, membro de Comitê do Hospital Moinhos de Vento e sócio fundador da Sociedade Rio-grandense de Bioética. Possui 10 livros publicados, entre eles **Aspectos éticos e legais dos transplantes de órgãos** (2. ed. Porto Alegre: HCPA, 1996), **Pesquisa em saúde: leis, normas e diretrizes** (3. ed. Porto Alegre: HCPA, 1997), e **Consentimento Informado e a sua prática na assistência e pesquisa no Brasil** (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000). Goldim concedeu uma entrevista na edição número 205 da **IHU On-Line**, de 20 de novembro de 2006, sobre o filme **O jardineiro fiel**, exibido no dia 21 de novembro de 2006 durante o Ciclo Cinema e Saúde Coletiva, promovido pelo IHU.

José Roberto Goldim acredita que “é equivocado tratar do aborto descontextualizando o tema de suas múltiplas interfaces. A visão do tema, dentro de uma perspectiva de uma sociedade pluralista, é bastante desafiadora. Precisamos buscar encontrar alguns consensos possíveis, e não uma resolução completa do tema”.

Goldim afirma também que “os embriões e fetos passaram a fazer parte do conjunto de seres morais que merecem uma ampla reflexão em relação aos limites de ações que podem ser feitas com eles. Trata-se de uma questão muito nova, que é uma continuidade da discussão sobre o estatuto da mulher, da criança, das minorias”. Estas e outras posições de José Roberto Goldim, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre você confere na entrevista concedida por ele à **IHU On-Line**, em 14 de maio de 2007.

IHU On-Line – Como se formula a questão do estatuto do embrião, considerando sua implicação na questão do aborto?

Jose Roberto Goldim – A questão do estatuto do embrião deve ser discutida e refletida pelo conjunto da sociedade em todas as suas possíveis implicações e não apenas em relação à questão do aborto. Os embriões e fetos passaram a fazer parte do conjunto de seres morais que merecem uma ampla reflexão em relação aos limites de ações que podem ser feitas com eles. Trata-se de uma questão muito nova, que é uma continuidade da discussão sobre o estatuto da mulher, da criança, das minorias.

IHU On-Line – Em que consiste a abordagem ética do aborto (bioética hermenêutica) que não se reduz à abordagem jurídica ou sociológica (bioética casuística)?

Jose Roberto Goldim – A reflexão bioética, no sentido hermenêutico, como preconizado pelo professor José Roque Junges,¹⁶ é uma ampla

¹⁶ Professor no PPG em Ciências da Saúde da Unisinos. Confira, nesta edição, uma entrevista exclusiva com ele. (Nota da **IHU On-Line**)

abordagem dos aspectos teóricos, envolvendo as diferentes escolas éticas e bioéticas a respeito do tema. Na visão Principlista, o tema fundamental é caracterizar se o embrião pode ser merecedor do princípio do Respeito à Pessoa.¹⁷ Caso o seja, a questão da privacidade corporal passa a fazer parte da pauta das discussões. Da mesma forma, a questão da Beneficência, entendida no seu sentido mais amplo de fazer o Bem e evitar o Mal, também entra nesta abordagem. Por fim, o princípio da Justiça pode debruçar-se sobre o dever de todos nós perante o embrião. Se a abordagem muda para a Teoria dos Direitos Humanos, a principal questão passa a ser o reconhecimento do embrião como detentor de direitos, a começar pelo direito à vida. Na visão da Ética das Virtudes,¹⁸ poderiam ser feitas considerações de quais virtudes, isto é, traços de caráter adequados, nós precisamos ter frente a um embrião. Por exemplo, podemos ter compaixão e misericórdia por um embrião? O embrião já é capaz de ser amado? Por fim, uma última escola que poderia ser utilizada é a da Alteridade. O embrião pode ser considerado como um outro que me gera responsabilidades e que me permite reconhecer a mim próprio?

Estas seriam algumas poucas questões dentre outras tantas que poderiam ser pensadas.

***IHU On-Line* – O aborto é um problema para o qual é necessário encontrar uma solução ou é uma solução para outra questão não formulada?**

Jose Roberto Goldim – A questão da discussão do aborto é urgente. É fundamental discutir este tema, que é um dos mais delicados e difíceis de serem abordados. É equivocado, no entanto, tratar do aborto descontextualizando o tema de suas múltiplas interfaces. A visão do tema, dentro de uma perspectiva de uma sociedade pluralista, é bastante desafiadora. Precisamos buscar encon-

trar alguns consensos possíveis, e não uma resolução completa do tema.

***IHU On-Line* – O problema do aborto poderia ter uma outra solução do que uma lei a favor ou essa é a única resposta?**

Jose Roberto Goldim – A solução legal é uma dentre tantas. Pode resolver ou aprofundar ainda mais a distância entre a prática e o ideal jurídico proposto. Mais importante do que propor uma lei é acatá-la. É discutir uma proposta de lei capaz de refletir um consenso da sociedade sobre o tema, quando então a lei que dele emerge se torna uma resposta a esta questão e não um desafio ou uma ameaça.

***IHU On-Line* – Em que medida se pode relacionar o fenômeno do aborto com a mentalidade abortista que banaliza a questão?**

Jose Roberto Goldim – Todos os temas têm diferentes questões e pontos de vista. Qualquer assunto nos mobiliza, nos faz pensar em um posicionamento. As intuições morais e as escolhas morais fazem parte do nosso dia-a-dia. O importante é reconhecer o que é crença ou desejo associado a uma discussão. O importante é trazer para o plano racional de deliberação o tema proposto, reconhecendo que as pessoas têm crenças e podem ser totalmente antagônicas, mas, mesmo assim, devem ser respeitadas e discutidas. Desta discussão, pode emergir algo novo que permita construir uma solução e não a perpetuação do conflito.

***IHU On-Line* – É possível conjugar a defesa e a autonomia da mulher com a defesa do embrião?**

Jose Roberto Goldim – A questão do aborto não pode ser reduzida ao enfrentamento entre a autonomia da mulher a defesa do embrião. Se formos discutir esta questão de forma mais conse-

¹⁷ O Princípio do Respeito à Pessoa ou da autonomia, aspecto central na bioética, deve garantir que a privacidade, a veracidade e a autonomia dos indivíduos envolvidos em qualquer pesquisa sejam resguardadas. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁸ A teoria da virtude baseia-se em grande parte na *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, sendo, por isso, às vezes, conhecida como neo-aristotelismo. Ao contrário dos kantianos e dos utilitaristas, que se concentram tipicamente na retidão ou não de ações particulares, os teóricos da virtude concentram-se no caráter e estão interessados na vida da pessoa como um todo. A questão central para os teóricos da virtude é “Como devo viver?”. A resposta por eles dada a esta questão é: cultive as virtudes. Só cultivando as virtudes poderemos prosperar como seres humanos. (Nota da *IHU On-Line*)

qüente, devemos pensar na questão do reconhecimento do embrião como pessoa ou não. Se desqualificarmos o embrião como pessoa, a questão se resolve facilmente. Se for aceito o critério de pessoa, deve-se cotejá-lo frente ao novo conflito que emerge, ou seja, um conflito entre autonomias da mulher e do embrião. Porém, não se pode reduzir uma questão tão complexa quanto esta ao simples choque entre duas autonomias pessoais. A discussão vai muito além, aprofundando-se de maneira impressionante.

IHU On-Line – O aborto pode ser considerado um método de controle da natalidade?

Jose Roberto Goldim – De acordo com o estatuto conferido ao embrião, esta resposta pode ser

sim ou não. O importante é não simplificar a questão. Toda simplificação implica em perda de complexidade, a qual gera mais incerteza pela perda de informações que o próprio processo de simplificação acarretou. Volto a repetir: o importante, nesta e em outras questões polêmicas, é manter o diálogo, permitindo que as diferentes correntes compartilhem suas ansiedades, desejos e crenças associados ao tema. A estruturação adequada do referencial e da experiência já acumulada sobre o tema permitirão chegar a alguns consensos, talvez não a uma solução ampla e final, mas a uma possível, dentro das circunstâncias atuais.

“Consideramos necessário conciliar a defesa do feto com a defesa da mulher”

Entrevista com Dietmar Mieth e Irene Mieth

Dietmar Mieth estudou Teologia e Filosofia em Freiburg, em Trier e em Munique. Desde 1981, é professor de Ética Teológica, com ênfase na ciência da sociedade, na Universidade de Tübingen. Este teólogo moral desenvolveu o Centro para a ética nas ciências na universidade de Tübingen. Irene Mieth é membro do grupo consultivo da Comissão Européia de Ética, em Bruxelas. Conduz também a rede européia para a ética biomédica. Além disso, desde 1999, é deputado-presidente do Conselho de Ética do departamento federal de saúde na Alemanha. Em suas pesquisas, Mieth destaca todas as escalas éticas, tais como ética do trabalho, ética do esporte, teoria da criação e tecnologia ambiental. Dietmar é autor de **A ditadura dos genes: A biotecnologia entre a viabilidade técnica e a dignidade humana** (Petrópolis: Vozes, 2001) e **Che cosa vogliamo potere? Etica nell'epoca della biotecnica** (O que queremos poder? Ética na época da biotécnica, Brescia: Queriniana, 2003), entre outras obras. Irene Mieth é autora de **Katechese in der küche. Kinderfragen verlangen antwort.**

“Consideramos necessário conectar a defesa do feto com a defesa da mulher. A autodeterminação é importante, porém, do ponto de vista moral, não pode ser entendida como arbitrariedade, pois então o resultado de uma decisão seria moralmente indiferente.” Esta afirmação foi feita pelo casal de pesquisadores Dietmar e Irene Mieth, em entrevista por e-mail, concedida por ambos com exclusividade à **IHU On-Line**, em 14 de maio de 2007.

IHU On-Line – Como se formula a questão do estatuto do embrião, considerando sua implicação na questão do aborto?

Dietmar e Irene Mieth – A discussão em torno do embrião *in vitro* está conexas com aquela em torno do feto *in vivo*, quando se considera a continuidade do desenvolvimento. Também o embrião fica sob o critério da dignidade humana, que vale independentemente do estado de desenvolvimento e independentemente de propriedades de pessoas humanas. Mas os problemas da gravidez e os problemas *in vitro* são diferentes. Na gravidez, a ética busca o vínculo entre o direito à vida do feto e o futuro da mãe; na fertilização *in vitro*, o embrião se torna material de pesquisa fora do desejo paterno/materno de ter um filho. Isso, ao nosso ver, não pode ser eticamente aceito.

IHU On-Line – Em que consiste a abordagem ética do aborto (bioética hermenêutica) que não se reduz à abordagem jurídica ou sociológica (bioética casuística)?

Dietmar e Irene Mieth – Uma bioética hermenêutica parte simultaneamente de princípios, isto é, da indivisível dignidade humana, da qual falamos, e dos direitos humanos, que dizem respeito a todo aquele que faz parte da humanidade. Mas, ao mesmo tempo, ela também levanta questões que dizem respeito à própria ciência e a suas intenções e, respectivamente, perspectivas, por exemplo, a da exigência por transparência e pela exatidão científica e probabilidade de opções, que afirmam poder ajudar o ser humano. Esta exigência não é até agora cumprida pela ciência.

IHU On-Line – O aborto é um problema para o qual é preciso encontrar uma solução ou é uma solução para outra questão não formulada?

Dietmar e Irene Mieth – A freqüente interrupção da gravidez por razões de má situação social não repousa simplesmente apenas em decisões subjetivas, mas também, e, sobretudo, num desenvolvimento social inadequado: apoio insuficiente para relações e uma gravidez prematura, aceitação familiar inexistente, falta de esclarecimento e aconselhamento, indiferença dos homens. Parece-nos paradoxal que, por exemplo, na mentalidade defendida pela mídia, é solicitado, de um lado, um frio planejamento da natalidade e, de outro, um amor romântico (não racional e muito emocional).

IHU On-Line – O problema do aborto poderia ter uma outra solução do que uma lei a favor, ou essa é a única resposta?

Dietmar e Irene Mieth – Uma política social é, por isso, mais importante do que o direito penal. Quem usa indevidamente o direito penal como substitutivo do direito social transfere o problema da decisão a mulheres fortemente oneradas.

IHU On-Line – Em que medida se pode relacionar o fenômeno do aborto com a mentalidade abortista que banaliza a questão?

Dietmar e Irene Mieth – A banalização do problema existe em ampla difusão, enquanto a interrupção da gravidez é explicada e empregada como método de controle da natalidade. Infelizmente, as pessoas orientam sua moral pelo direito penal, ao invés de distinguir aqui exatamente o que é bom e certo daquilo que é punível. Uma ofensiva moral deveria situar-se na possibilidade de uma vida com filhos.

IHU On-Line – É possível conjugar a defesa e a autonomia da mulher com a defesa do embrião?

Dietmar e Irene Mieth – Consideramos necessário conectar a defesa do feto com a defesa da

mulher. A autodeterminação é importante. Porém, do ponto de vista moral, não pode ser entendida como arbitrariedade, pois então o resultado de uma decisão seria moralmente indiferente. Disso não se pode falar aqui. A autonomia é com freqüência instrumentalizada, sendo atribuída a âmbitos onde se quer afastá-la da responsabilidade social de todos, principalmente dos homens. Uma autodeterminação responsável pressupõe possibilidades de orientação e aconselhamento. Muitas mulheres experimentam muito bem o direito do bebê em formação como exigência moral, mas elas querem saber como podem fazer isso e o que devem cumprir – também segundo a própria opinião. Trata-se, por conseguinte, de contribuir para a auto-realização da mulher com filho. Para este fim, deve-se proceder sócio-juridicamente a uma conexão da paternidade/maternidade com caminhos de formação e vocação, com a possibilidade de uma formação familiar precoce e a desoneração social de educadores isolados, entre outros.

IHU On-Line – O aborto pode ser considerado um método de controle da natalidade?

Dietmar e Irene Mieth – Não, o controle da natalidade impede o surgimento de um embrião, enquanto o aborto tira a vida do embrião. Há, sem dúvida, meios de regulação da natalidade como a espiral ou alguns bloqueadores da ovulação, os quais, como segundo nível de controle, também prevêm o efeito abortivo. Isto é, com freqüência, tomado como exemplo de uma dupla moral, quando o direito prevê isto, mas reage severamente ao aborto. Com a nidificação do embrião no útero dá-se, evidentemente, uma relação mais intensiva que reforça uma obrigação moral, a qual também existe frente a embriões antes da nidificação. Aqui se diz, com freqüência, que a “natureza” muitas vezes impede por si mesma a nidificação. Mas a natureza também não tem nenhuma responsabilidade moral, pois ela é moralmente cega.

“O aborto é um assunto de ordem plural, de saúde pública, um problema social e familiar”

Entrevista com Elaine Gleci Neuenfeldt

Elaine Gleci Neuenfeldt possui graduação em Teologia, pela Escola Superior de Teologia, e mestrado e doutorado em Teologia, pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG). Atualmente, Elaine é professora da Cátedra de Teologia Feminista da Escola Superior de Teologia e desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “Itinerários e errâncias da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do aborto: abordagens bíblico-teológicas”. Elaine é também pastora voluntária na Igreja Evangélica de Confissão Luterana, assessora e diretora do Centro de Estudos Bíblicos. Tem experiência na área de Teologia e Bíblia, com ênfase em Estudos de Gênero, atuando principalmente com os seguintes temas: gênero, teologia feminista, estudos bíblicos, leitura popular da bíblia e hermenêutica feminista.

“A ciência não tem uma resposta única nem um consenso para dizer quando a vida humana começa”, afirma Elaine Gleci, por isso “a discussão sobre a capacidade de decisão da mulher em assuntos envolvendo a sua vida reprodutiva não deveria ser reduzida a estabelecer um tempo oportuno em que se pode intervir no processo de gravidez”.

*“Uma possibilidade é definir o embrião como pessoa em potencial, uma vez que este não tem desenvolvido uma unidade corporal que consiga uma viabilidade de vida”, sustenta a teóloga na entrevista concedida à **IHU On-Line**, dia 14 de maio de 2007.*

IHU On-Line – Como se formula a questão do estatuto do embrião, considerando sua implicação na questão do aborto?

Elaine Neuenfeldt – Há diferentes posições sobre esta questão. A ciência não tem uma resposta única nem um consenso para dizer quando a vida humana começa. Talvez este também seja um viés equivocado de se introduzir o debate sobre a interrupção voluntária de uma gravidez indesejada. A discussão sobre a capacidade de decisão da mulher em assuntos envolvendo a sua vida reprodutiva não deveria ser reduzida a estabelecer um tempo oportuno em que se pode intervir no processo de gravidez.

Uma possibilidade é definir o embrião como pessoa em potencial, uma vez que este não tem desenvolvido uma unidade corporal que consiga uma viabilidade de vida. Na verdade, seria mais adequado se falássemos em processo vital em andamento, ou seja, entender que há momentos que vão sendo definidos na medida em que o tempo vai acontecendo, entre a concepção e a gravidez, no seu tempo de nove meses. Entre a concepção e o anidamento do óvulo fecundado no útero, são necessários em torno de 14 dias. Neste processo, o zigoto nem sempre completa o seu anidamento no útero, mas é eliminado “naturalmente”, resultando na menstruação. A viabilidade de vida só ocorre após 28 semanas de gravidez, quando a capacidade neurológica do feto já se encontra mais estabelecida.

Neste processo, em algum momento dos primeiros tempos de vida é que nos tornamos pessoas. Isto implica dizer que a noção de pessoa está construída a partir da responsabilidade nas decisões das partes envolvidas no processo de reprodução humana, bem como a partir da relação gradativa que o feto vai estabelecendo com a mãe e

da comunicação com o meio em que se está sendo gestado. Algo que o embrião, embora geneticamente completo a partir da concepção e, portanto, a caminho de nascer como ser humano, desenvolve somente aos poucos.

IHU On-Line – Em que consiste a abordagem ética do aborto (bioética hermenêutica), que não reduz à abordagem jurídica ou sociológica (bioética casuística)?

Elaine Neuenfeldt – É preciso inserir o debate em torno da capacidade de decidir com responsabilidade na interrupção de uma gravidez no campo da ética. De ética também se trata quando a hipocrisia salta aos olhos nas posturas que supostamente se dizem em defesa da vida, mas não demonstram o menor compromisso com pessoas que morrem de fome, na miséria, excluídas de qualquer dignidade. A perspectiva ética deve ser introduzida, pois assim vamos perguntar pela capacidade das mulheres de decidir com responsabilidade em assuntos referentes ao seu corpo/corporeidade, à sexualidade e à reprodução. Esta capacidade ou direito de decidir não deve ser visto de forma individualizada (ou seja, o problema ser considerado apenas das mulheres), mas este é um assunto que requer responsabilização dos homens também.

Atualmente, com a lei que penaliza as mulheres, os homens estão completamente desresponsabilizados. Se há uma gravidez não desejada, houve um homem envolvido antes com esta mulher. A pergunta é: “Onde se encontra este homem na hora de esta mulher tomar esta difícil e dolorosa decisão sobre a possibilidade de levar adiante ou não esta gravidez?”. A sociedade isenta o homem da responsabilidade, ao culpabilizar a mulher sobre a decisão que ela vai tomar na solidão. Nesta linha, ainda fica um desafio grande para as igrejas: quando levantam o assunto, raramente remetem para a responsabilização dos homens, para o compromisso dos homens de discutir a sua participação nos assuntos da sexualidade e reprodução. E aqui é mister discutir assuntos como a violência sexista, o estupro, o incesto e outras tantas formas de violência sexual que, segundo dados estatísticos, tem os homens como perpetradores.

Cobrar posturas éticas tem a ver com olhar o ambiente, o entorno e a realidade que cercam as mulheres que precisam decidir responsavelmente. Ética tem relação com cuidado e acolhida, e também com acompanhamento pastoral, capaz de ajudar nas decisões que envolvam assuntos da viabilidade de uma gravidez. Por mais doloroso que seja, muitas vezes interromper uma gravidez não desejada pode ser ainda uma possibilidade melhor disponível neste momento e nesta situação para a mulher envolvida.

IHU On-Line – O aborto é um problema para o qual é necessário encontrar uma solução ou é uma solução para outra questão não formulada?

Elaine Neuenfeldt – Discutir a interrupção da gravidez no campo da ética implica primeiro reconhecer as mulheres como sujeitos capazes de tomar decisões éticas com responsabilidade. E, aqui, precisa-se desconstruir a idéia de que quem advoga pelo direito e capacidade de decisão das mulheres é pró-aborto ou tem uma mentalidade abortista. Esta é uma avaliação equivocada e, que na maioria das vezes, reflete um pré-julgamento sobre a situação. Não se trata de defender o aborto como solução.

O conflito de direitos ocorre entre a viabilidade de levar adiante uma gravidez não desejada, da capacidade de agüentar o desenvolvimento desta gravidez por parte da mulher, e o estatuto de ser humano, por causa da sua adscrição ao gênero humano, do embrião. A decisão se coloca, então, não num nível de escolher entre uma coisa boa e outra má, mas entre duas situações difíceis e dolorosas. Cabe aqui ao sujeito de direito a responsabilidade de seguir ou interromper com o processo de gravidez. Nunca será uma decisão fácil e ligeira, capaz de levar a um resultado de alegria. Sempre será um momento de solidão, de dor e sofrimento. Fantasia quem proclama o contrário. Não conhece o sofrimento e não ouviu de forma solidária o testemunho de mulheres que já passaram por esta situação quem diz que elas usariam o aborto de forma irresponsável e rápida demais se ele fosse descriminalizado.

A postura que levanta a necessidade de solidariedade ontológica humana, e, por isso, respeito pelo zigoto, para ser coerente, deveria remeter a mesma pergunta pela solidariedade com as mulheres e sua integridade psicológica, física e moral. Isto requer perguntar se ela tem condições reais de levar adiante esta gravidez. Nem sempre a gravidez é resultado de um engendramento acordado entre duas pessoas, de um ato de amor. Muitas vezes, há violência sexual, desconhecimento do corpo, incapacidade de gerir a própria vida de forma satisfatória, que se atravessam como realidades constitutivas da vida sexual e reprodutiva das mulheres.

IHU On-Line – O problema do aborto poderia ter uma outra solução do que uma lei a favor ou essa é a única resposta?

Elaine Neuenfeldt – Uma resposta que se limita a dizer a favor ou contra não consegue estabelecer uma agenda mínima para um diálogo. O desafio hoje se coloca em construir uma agenda que seja capaz de superar o embate das posições antagônicas. São pressupostos, para um diálogo, posturas de escuta ativa e participativa e escuta solidária das mulheres que passam por situações onde precisam tomar decisões difíceis. Diálogo implica em escutar as vozes e reconhecer as mulheres como sujeitos capazes de tomar decisões éticas com responsabilidade.

Uma postura que promoveria reflexões capazes de abrir para um debate mais amplo, envolvendo diferentes sujeitos sociais em termos pedagógicos e pastorais, poderia ser: manifestar a opinião contrária à banalização do aborto, ir além de posições simplistas, extremistas ou fundamentalistas, e manifestar a contrariedade a uma lei que pune e criminaliza a mulher. O aborto é um assunto de ordem plural, de saúde pública, um problema social e familiar. Sendo plural, irá requerer manifestações e debates plurais e abertos. Posturas fechadas e condenatórias ou simplistas não ajudam para dar continuidade ao tema.

IHU On-Line – Em que medida se pode relacionar o fenômeno do aborto com a mentalidade abortista que banaliza a questão?

Elaine Neuenfeldt – Em primeiro lugar, é preciso entender o que se quer dizer quando se formula a idéia de mentalidade abortista, conforme eu já disse acima. Entendo que advogar pela capacidade moral de mulheres tomarem decisões éticas com responsabilidade está longe de carregar em si o que se tem tentado chamar de mentalidade abortista. Banalizar o assunto seria, no meu entendimento, obviar a realidade brutal que faz com que no Brasil o aborto seja a quarta causa de mortalidade materna. E ainda pior é saber que se os dados estatísticos registrassem de forma correta os números, seriam ainda maiores. Estima-se que ocorram um milhão de abortos clandestinos no país a cada ano. Uma grande parte dessas mulheres são meninas com idade de até 15 anos, ou mulheres separadas ou solteiras. A maioria delas é pobre e sem condições financeiras para receber um atendimento adequado. Banalizar o aborto é não tomar em conta esta realidade, e seguir dizendo que se defende a vida.

IHU On-Line – É possível conjugar a defesa e a autonomia da mulher e a defesa do embrião?

Elaine Neuenfeldt – É preciso situar a discussão da decisão de interrupção voluntária da gravidez com a mentalidade construída para as mulheres que as impele para a maternidade compulsória. A sociedade parece só reconhecer as mulheres em seu papel de mãe. Ampliar o entendimento, incluindo mulheres e a sua situação de gravidez, acontecerá na medida em que o sujeito social mulher seja colocado mais na roda do debate quando se trata dos direitos reprodutivos. Implica também entender que quando se fala em direitos reprodutivos quer-se dizer algo mais amplo que só debater sobre o aborto: discussões da sexualidade em geral, ou quando, com quem, quantos, em que época, e como se quer ter filhos e filhas.

É possível então, conjugar estas duas defesas, quando se trabalha pela educação sexual nas escolas, nos espaços comunitários, quando ações concretas para eliminar a ignorância em assuntos de saúde reprodutiva são desenvolvidas e propostas, em todos os âmbitos. Defesa de vida tem a ver com educação e apoio familiar, sensibilizando

tanto homens como mulheres para atitudes conseqüentes e responsabilidade por seus atos. Defesa de vida, por sua vez, tem a ver com uma postura crítica a um sistema econômico que gera pobreza e exclusão. É fato que a maioria das mulheres que toma a decisão de interromper uma gravidez não desejada o faz porque está sozinha e não consegue vislumbrar possibilidades de ter uma criança nesta situação, como já disse.

Em termos de argumentação cristã, eu formulo minha postura com base na idéia bíblica do sacerdócio geral de todas as pessoas crentes e na abundância da graça de Deus para toda pessoa. A pessoa humana tem acesso direto a Deus e, diante desta realidade, tem a habilidade e a responsabilidade moral de conhecer e praticar a Sua vontade. É pretensão autoritária querer se colocar de agente moral intermediário único, que controla e limita o diálogo com Deus. As Igrejas têm papel fundamental na orientação de caminhos que levem a atitudes responsáveis. Contudo, não podem requerer para si a exclusividade do agenciamento moral e ético. A graça de Deus é ampla e acolhedora para aquelas que, com responsabilidade, fa-

zem suas escolhas no campo da reprodução e da sexualidade. A graça se estende sobre as que decidem pela maternidade, mas também sobre aquelas que, em meio a ambigüidades e conflitos, a dores e temores, precisam tomar a difícil decisão de interromper uma gravidez inviável.

IHU On-Line – O aborto pode ser considerado um método de controle da natalidade?

Elaine Neuenfeldt – Não. E vejo que dificilmente algum grupo de mulheres, feminista ou outro, discute nesta linha. Este é problema quando se reduz o tema do aborto a posições antagônicas, de ser contra ou a favor. Ou quando não se consegue estabelecer uma agenda mínima de diálogo e se pressupõe o que o outro lado está querendo dizer. Dialogar requer ouvir primeiro para depois emitir idéias e conceitos. Implica também, e fundamentalmente, desarmar-se de posições fechadas. Deve-se ouvir o testemunho de mulheres e permitir que a sua voz e sua experiência de vida construam argumentos, visando a conceitos que não banalizem nem cristalizem posições.

A interrupção voluntária da gravidez: questões em aberto no interior da Igreja Católica

Por Lúcia Ribeiro

Lúcia Ribeiro é doutora em Sociologia, pela Universidade do México. É também assessora de movimentos sociais, particularmente vinculada às CEBs. É autora de **Entre (in)certezas e contradições: práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica** (Rio de Janeiro: NAU, 1997) e **Sexualidade e reprodução: o que os padres dizem e o que deixam de dizer** (Petrópolis: Vozes, 2001). Em parceria com Leonardo Boff, acaba de lançar **Masculino/Feminino: experiências vividas** (Rio de Janeiro: Record, 2007).

O presente texto foi apresentado pela socióloga Lúcia Ribeiro no Seminário Fronteiras da Bioética na mesa “As múltiplas dimensões do direito à vida”, no Programa de Estudos Avançados em Ciência e Religião – Instituto de Humanidades – Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2007, e enviado pela autora para ser publicado, com exclusividade, pelos **Cadernos IHU em formação**.

Neste texto, a socióloga apresenta olhares diferentes sobre o tema do aborto, como a interrupção de um processo vital, que tem como origem o momento da concepção. Apresenta a dimensão essencialmente relacional, que acontece no corpo feminino, mas que supõe também a participação masculina; portanto, sua interrupção envolve – embora de formas distintas – a mulher, o homem e o ser em formação.

Por outro lado, ela apresenta também a problemática da reprodução humana condicionada pela sociedade como um todo, incluindo a dimensão social, econômica, cultural e jurídica.

Por ocasião da Campanha da Fraternidade 2008, que teve como principal objetivo defender a vida, como tema “Fraternidade e Defesa da Vida” e como lema “Escolhe, pois, a vida (Dt 30,19)”, Lúcia Ribeiro concedeu também uma entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, publicada nas **Notícias do IHU** em 6 de março de 2008, na qual ela fala sobre a defesa da vida e as questões que problematizam esta questão. “Talvez o maior problema para lidar com esta questão, hoje, no interior da Igreja, esteja na imposição de um pensamento único, que não admite nenhum tipo de discussão e que impede a compreensão de sua complexidade”, afirma a socióloga.

Introdução

A interrupção voluntária de uma gravidez indesejada constitui uma realidade complexa, gerando controvérsias e polêmicas. Isto se expressa, já de partida, na própria dificuldade de chegar a um acordo sobre sua definição: enquanto para uns tratar-se-ia da eliminação de uma pessoa humana, existente desde o momento da concepção, para outros tal interrupção diria respeito a um ser humano em potencial, que só se constituiria como pessoa em uma etapa posterior de sua evolução (Colón et al., 1997, p. 265).

Sem entrar, pelo momento, na discussão de tratar-se ou não de uma pessoa humana, talvez se possa afirmar, buscando um relativo consenso, que o aborto implica na interrupção de um processo vital, que tem como origem o momento da concepção.

Entretanto, ao considerá-lo exclusivamente por este prisma, perde-se de vista seu ponto de partida, que é a existência de uma gravidez. Esta tem uma dimensão essencialmente relacional, na medida em que se dá no corpo feminino, mas supõe também a participação masculina; portanto, sua interrupção envolve – embora de formas distintas – a mulher, o homem e o ser em formação.¹⁹

Por outro lado, não se trata apenas de uma questão pessoal, ou inter-pessoal: a problemática da reprodução humana diz respeito à sociedade como um todo, e, nesta perspectiva, é condicionada pelo contexto em que se dá, incluindo uma dimensão social, econômica, cultural e jurídica (Madduro, 1997, p. 49). Há que analisar a temática, portanto, dentro deste contexto mais amplo.

Situação brasileira

No caso do Brasil, o aborto é considerado um crime, exceto em dois casos específicos – risco de vida da mãe e estupro – de acordo com o Artigo 128 do Código Penal.²⁰ Em 1940, quando esta lei foi promulgada, ainda não existiam os modernos exames pré-natais, que possibilitam aferir a existência de anomalias fetais graves. No momento atual, diante desta possibilidade, vem se colocando também a proposta de um terceiro permissivo legal, que leve em conta estes casos (Barstedt, 1992, p. 106).

Entretanto, mesmo nos dois casos previstos pela lei, é ainda complicado realizar legalmente um aborto. A aprovação, em agosto de 1997, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, do projeto de aborto legal, que prevê a obrigatoriedade do atendimento pelo Serviço Único de Saúde (SUS), nos casos de aborto previs-

tos no Código Penal²¹ provocou uma enorme polêmica, ao nível nacional. E até o momento presente o atendimento a estes casos,²² segundo o Ministério da Saúde, é ainda relativamente reduzido: entre 2002 e 2006, apenas 8.306 casos foram atendidos na rede pública quando, no mesmo período, 1.205.361 mulheres foram internadas no SUS para curetagens após abortos ilegais ou espontâneos (Jornal *O Globo*, 25 de maio de 2007).

É possível afirmar, portanto, que, no contexto geral do país, o aborto ainda é vivido, de fato, em um clima de ilegalidade e conseqüente clandestinidade.

Esta situação se agrava particularmente nas condições de desigualdade social que caracterizam a realidade brasileira: a situação de pobreza e a precariedade de acesso à saúde e à educação, que afeta a maioria da sua população, têm uma incidência direta sobre as formas em que se dá a interrupção do processo reprodutivo, penalizando particularmente as mulheres dos setores populares. Estas têm menor acesso aos procedimentos médicos modernos, eficientes e seguros (como dilatação cirúrgica e curetagem [D&C] e aspiração a vácuo) que, mesmo em um clima de clandestinidade, estão disponíveis para mulheres com maiores recursos. Embora muitas mulheres pobres utilizem também os serviços de médicos, parteiras formadas ou enfermeiras, a maioria costuma induzir o próprio aborto – através de métodos tradicionais, como a ingestão de ervas abortivas, a introdução de objetos perfurantes ou a violência física direta – ou procurar “curiosas” não treinadas. De acordo com pesquisa realizada em seis países da América Latina, 57% das mulheres pobres, residentes em área urbana, que interromperam voluntariamente a gravidez, optavam por estas duas últimas alternativas (Alan Guttmacher, 1994, p. 17).

¹⁹ Neste artigo, nos restringimos à gravidez resultante da relação sexual entre um homem e uma mulher, sem levar em conta as possibilidades abertas pelas técnicas de reprodução assistida, que dão lugar a uma nova problemática.

²⁰ O texto do artigo 128 é o seguinte: *Não se pune o aborto praticado por médico:*

1) aborto necessário: se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

2) aborto no caso de gravidez resultante de estupro: se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante, ou, quando incapaz, de seu representante legal (Cf. Pereira e Mota, 1996).

²¹ Trata-se do projeto de autoria dos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, e sua aprovação mostra bem o grau de polêmica que provocou: houve 24 votos a favor e 23 contrários ao mesmo (CFEMEA, 1997, p. 1).

²² O Hospital de Jabaquara e o Centro de Referência da Saúde da Mulher (S.Paulo) e o Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher CAISM (Campinas) são pioneiros, neste sentido (Pereira e Mota, 1996).

Além disso, no Brasil, a aplicação vaginal ou oral da droga chamada misoprostol – princípio ativo do medicamento citotec – cresceu rapidamente, a partir dos anos 1990 (Alan Guttmacher, 1994, p. 14). Atualmente, sua venda é considerada ilegal – há apenas um medicamento registrado, o Prostopos, cujo uso se tenta controlar – mas na realidade esta substância pode ser encontrada até através da internet (*Jornal O Globo*, 20 de maio de 2007).

Por outro lado, sabe-se que o risco de complicações médicas pós-aborto é muito maior para as mulheres de baixa renda. A pesquisa realizada em seis países da América Latina indica que 44% das mulheres pobres residentes em área urbana que fizeram aborto induzido experimentaram complicações de saúde, enquanto apenas 13% das mulheres com renda superior tiveram os mesmos problemas (Alan Guttmacher, 1994, p. 14). É difícil ter dados precisos sobre esta temática, mas, embora não existam estimativas confiáveis sobre o número de mulheres que chegaram a morrer em consequência das seqüelas de aborto, sabe-se que, atualmente, esta é a quarta causa de mortalidade materna, no Brasil (*Jornal O Globo*, 20 de maio de 2007).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, ocorre cerca de um milhão de abortos ilegais e espontâneos no Brasil, a cada ano, estimativa esta confirmada recentemente pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao declarar que “uma em quatro mulheres grávidas faz aborto no Brasil (*Jornal O Globo*, 26 de junho de 2007). Parece haver uma tendência geral, na sociedade brasileira, que aponta para o aumento do número de abortos entre adolescentes que engravidaram. Embora não se disponha de dados oficiais, informações empíricas levantam a hipótese de que a sua prática pode ter aumentado, principalmente a partir dos anos finais da década de 1980 (Vieira de Melo, 1996, p. 1439).

Tudo isto faz com que o aborto possa ser considerado, no momento atual, como um grave problema de saúde pública.

A este quadro soma-se o fato de que a interrupção voluntária da gravidez é uma opção que se

opõe às normas sociais hegemônicas: por um lado, o modelo dominante nas relações de gênero enfatiza o valor da maternidade, considerada como a vocação da mulher; por outro, nossa cultura é ainda profundamente influenciada pela Igreja Católica, que defende o desenvolvimento da vida desde o momento da concepção. Portanto, para muitos, optar pelo aborto é visto como uma dupla transgressão.

Neste contexto, a interrupção voluntária da gravidez é uma decisão difícil, marcada por incertezas e angústias e que frequentemente provoca culpa e remorso. A maioria das mulheres não o faz por gosto (Maduro, 1997; Melançon, 1993). Como bem diz Giovanni Berlinguer, “o aborto é o lado obscuro das funções reprodutivas humanas, porque é fruto de causas desconhecidas ou de decisões atormentadas, porque termina um processo tendente ao nascimento de um ser humano e porque é sempre um flagelo para as mulheres em idade fértil” (Berlinguer, cit. por Junges, 2007, p. 14).

Há que reconhecer, ao mesmo tempo, que uma gravidez pode ser realmente indesejada: o desejo de não ter o filho – e não apenas não poder assumi-lo, pelas mais diversas razões – pode estar muito presente. Nesta situação, pode instalar-se uma enorme ambivalência – na qual interferem inclusive fatores inconscientes –, deixando as mulheres profundamente divididas: ao mesmo tempo querem e não querem ter o filho.²³

Neste contexto, a própria reflexão sobre o tema é marcada por uma intensa controvérsia, levando a uma polarização de posições – contrárias ou favoráveis ao mesmo – que em nada ajuda à sua compreensão.

Aqui, tentaremos superar preconceitos prévios, para poder analisar, da forma mais objetiva e serena possível, como é vista esta questão no interior da Igreja Católica.

Sabe-se que sua posição – tal como formulada pelo discurso oficial – é explicitamente contrária ao aborto em qualquer situação, fundamentando-se no respeito ao valor da vida, em nome da fé em um Deus criador e doador da vida.

Entretanto, perscrutando com maior cuidado, observa-se que, mesmo no âmbito eclesial, a

²³ O testemunho de Oriana Falacci, conhecida jornalista italiana, expressa bem esta ambivalência. Ver: FALLACI, Oriana, 1995.

problemática é mais complexa e não pode ser reduzida a uma mera proibição. Existem algumas questões em aberto, que permitem um posicionamento mais matizado, embora marcado sempre pela defesa do valor fundamental da Vida.

1) Dimensão histórica do discurso moral

O primeiro questionamento diz respeito à dimensão histórica do discurso moral da Igreja católica sobre o aborto: ao analisá-lo sob esta perspectiva, verifica-se que, ao longo dos séculos, este nem sempre foi tão claro e uniforme (Melançon, 1993, p. 89).

Nos primórdios do cristianismo, o aborto era equiparado ao infanticídio. Já com os Padres da Igreja, começaram a surgir opiniões diversas em relação ao momento em que o feto receberia a alma. No século IV, Sto. Agostinho afirmava que isto só aconteceria 40 dias depois da concepção, posição esta corroborada por Sto. Tomás de Aquino, no século XIII, e assumida como doutrina oficial, no Concílio de Trento, no século XVI (Frei Betto, 2007). Para esta corrente, a interrupção da gravidez antes deste momento não poderia ser considerada estritamente como um aborto; somente se penalizava o aborto realizado no caso de um feto “animado” (Muraro, 1989, p. 86).

Outra corrente, entretanto, afirmava que a “animação” se daria no momento da concepção. A controvérsia permaneceu até o século XVII, quando a Igreja assumiu, oficialmente, uma posição mais rigorista, confirmada pela declaração do Papa Pio IX, em 1869 (Muraro, 1989, p. 87), estabelecendo que o momento da concepção marca o início da existência de uma pessoa humana. O próprio Concílio Vaticano II, embora tenha representado toda uma renovação no pensamento eclesial, com respeito à sexualidade e à reprodução, continua considerando o aborto como “um delito abominável” – nos termos do texto conciliar *Gaudium et Spes* – e, até hoje, esta linha geral não se modificou (Comunità di San Paolo, 1980, p. 51), reafirmada claramente por João Paulo II e por Bento XVI.

Entretanto, no século XX, introduziu-se no discurso oficial um elemento novo, que diz respeito à distinção entre aborto direto e indireto.

Embora mantendo a linha mais rigorista – que proíbe o aborto direto em qualquer situação –, o Vaticano passa a admitir a possibilidade do chamado “aborto indireto” (Frei Betto, 1992, p. 66; 2007), ou seja, aquele que não é provocado diretamente, mas em consequência de intervenção médica para salvar a vida da mãe. Os dois casos clássicos são o de gravidez tubária e o de câncer no útero.

Esta distinção, introduzida apenas no século XX, assim como o questionamento que se deu ao longo da história demonstram que o discurso oficial da Igreja, no que se refere a esta temática, não é um dogma intocável.

2) O enfoque diferencial com respeito ao valor da vida

Outra questão, que permanece em aberto, é a que diz respeito às maneiras como se formula a defesa da vida. Ao abordar esta questão, o discurso oficial do Magistério assume tons diferenciados, conforme o caso: revela-se extremamente rígido, hoje, ao proibir o aborto, entretanto assume uma posição bem mais tolerante ao lidar com outros tipos de atentados contra a vida. Assim, nas situações consideradas como de legítima defesa, ou no caso da pena de morte – até pouco tempo aceita pela Igreja – ou na assim chamada “guerra justa”, infligir a morte ao semelhante é considerado legítimo.

Na realidade, este enfoque diferencial com respeito ao valor da vida representa uma contradição, no interior da doutrina oficial; vem sendo criticado, inclusive por teólogos/as, que o consideram como uma “incoerência” (Melançon, 1993, p. 120) ou mais duramente como “a utilização de dois pesos e duas medidas”, como o faz Maduro, ao afirmar: “ao mesmo tempo em que a Igreja mantém esta posição totalmente rígida, inflexível, intolerante, em relação ao aborto (...) se mostra bem mais flexível e adota atitudes bem mais matizadas em relação a ‘pecados’ tais como a guerra e a corrida armamentista” (Maduro, 1997, p. 46).

A pergunta persiste: por que não aplicar a mesma “flexibilidade” no caso da interrupção voluntária de uma gravidez indesejada?

3) O momento do início da vida humana

O terceiro questionamento diz respeito ao momento do início da vida humana. Os notáveis progressos científicos da Genética – particularmente da Genética Molecular – vêm possibilitando uma ampliação do conhecimento nesta área, explicitando as características específicas do processo evolutivo pelo qual passa o ser em formação: zigoto/embrião/feto. Este conhecimento fornece novas bases para se pensar o próprio conceito de “pessoa humana”: em que momento o embrião ou o feto pode ser considerado como pessoa?

Esta pergunta, desde um ponto de vista estritamente científico, se encontra em aberto.²⁴ Filósofos e teólogos, por sua vez, também debatem a questão.

Assim, para Hans Küng, “um óvulo fertilizado, evidentemente, já é vida humana mas não é uma pessoa”. O teólogo espanhol Benjamin Forcano chega à conclusão de que o momento em que a pessoa humana se configura como tal se daria em torno à oitava semana do desenvolvimento, ou seja, no trânsito entre a fase embrionária e a fetal: “o embrião não tem, no rigor do termo, o estatuto ontológico próprio de um ser humano, porque carece de suficiência constitucional e de substantividade, enquanto o feto possui este estatuto: então sim, temos um indivíduo humano no sentido estrito” (Forcano, 2004).²⁵

Para outros, entretanto, este momento se daria antes, na etapa de nidação no útero da mulher, enquanto o discurso oficial da Igreja – como vimos – sustenta o momento da concepção. Trata-se de uma questão aberta, sobre a qual não há consenso. Logicamente, de acordo com a definição deste momento, abrem-se possibilidades diversas para aceitar eticamente a interrupção voluntária da gravidez, segundo a etapa em que se encontra o zigoto/embrião/feto.

4) O momento do fim da vida humana

Mais recentemente, vem se levantando mais uma questão, com respeito ao momento em que a vida pode ser considerada humana, ao pensar no seu outro extremo, a morte. Com os avanços científicos atuais, a medicina criou o conceito de “morte encefálica”, definindo desta forma o momento em que o cérebro deixa de funcionar. Sob o novo conceito, considera-se como término da existência da pessoa humana o momento da morte cerebral, ainda que o coração continue palpitante, o que permite, aliás, a possibilidade do transplante. Até aqui, a doutrina católica não se opõe. Entretanto, ao admitir que o critério para definir uma existência propriamente humana é o funcionamento cerebral, coloca-se mais uma pergunta: por que não aplicar este mesmo critério também para estabelecer seu início? Por que não pensar que só existiria uma pessoa humana quando o córtex cerebral se forma, ou seja, por volta da oitava semana de gestação?

Surgimento de novas pistas

Estas questões em aberto se inserem no contexto do mundo contemporâneo, no qual as controvérsias culturais e ideológicas sobre a interrupção voluntária da gravidez se intensificaram. Além dos questionamentos suscitados a partir dos progressos científicos, vêm se colocando também as demandas dos movimentos feministas, que defendem o direito da mulher a decidir livremente sobre o próprio processo reprodutivo: “Nosso corpo nos pertence”.

Finalmente, o surgimento e o enorme desenvolvimento da Bioética recoloca em novo patamar o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez. Naturalmente, tais controvérsias permeiam também as instituições eclesiais.

²⁴ Este ponto foi reafirmado no Seminário “Fronteiras da Bioética”, por dois cientistas: Silvio Valle (Fiocruz) e Steven Rehen (UFRJ). Ver UCAM – “Fronteiras da Bioética” (no prelo). É um livro que será publicado pela UCAM em 2008, encontrando-se em preparação.

²⁵ A posição de Benjamin Forcano se fundamenta no pensamento de cientistas como Diego Gracia, Alonso Bedate e J. M. Genis-Galvez.

No mundo cristão, um exemplo sintomático desta abertura é a recente declaração da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que, referindo-se à questão do aborto, afirma: “na situação excepcional em que uma mulher está grávida e julga que seria irresponsável trazer ao mundo uma criança, dadas as limitações de sua situação, pode ser um ato de fidelidade diante de Deus intervir no processo natural da gravidez e interrompê-lo. O aborto pode ser considerado uma escolha responsável dentro da fé cristã quando surgem sérios problemas genéticos ou quando os recursos disponíveis não são adequados para cuidar apropriadamente de uma criança” (Igreja Presbiteriana dos EUA).

Neste contexto, a própria maneira de abordar o tema, no interior da Igreja Católica, vem ganhando novas tonalidades: opiniões autorizadas afirmam que “não se pode tratar a matéria com intolerância” (Frei Betto, 1992, p. 69) e a atitude de misericórdia vem sendo enfatizada por muitos, como o teólogo Hans Küng, que afirma: “não permitir o aborto em caso algum, sem levar em conta o risco que corre uma mulher ao praticá-lo clandestinamente (...) é uma posição sem misericórdia e não penso que seja uma posição cristã”.

É possível perceber, na reflexão católica, toda uma gama de posições que vai desde os que, embora contrários ao aborto, admitem sua descriminalização legal (González Faus, 1995, p. 19; Frei Betto, 2007) e mesmo sua legalização (Gebara, 2007) até a posição do movimento “Católicas pelo direito a decidir”, que, ao lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos, reconhece “a validade moral das decisões tomadas pelas mulheres no campo reprodutivo, desculpabilizando as mesmas, inclusive quando decidem abortar” e propõe “a despenalização e a legalização do aborto” (*Católicas por el Derecho a Decidir*, 1997, p. 2).

Dentro desta gama, talvez a postura mais original seja a de alguns teólogos e teólogas que vêm questionando o caráter absoluto do direito à vida do embrião. Aqui, há um princípio ético fundamental que afirma: em caso de conflito de valores e deveres, a consciência humana é capaz de avaliá-los criticamente, de discernir “o bem maior frente a outros bens em conflito, ou – visto em ter-

mos negativos - o mal menor entre dois males” (Múnera, 1994, p. 28) e é livre de optar por este mal menor.

Tal princípio remonta às tradições éticas mais antigas, tendo sido formulado já por Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco* e, em todas as tradições éticas, é aceito para resolver situações conflitivas.

Utilizando este princípio, Alberto Múnera, teólogo e jesuíta colombiano, reconhece, sem fari-saísmos, que, no caso da interrupção voluntária de uma gravidez indesejada, “trata-se da supressão de uma vida humana”. No entanto, levando em conta que o direito à vida do embrião não é absoluto e que se trata de uma vida em potencial – e não de uma pessoa, no seu sentido pleno –, admite que tal supressão possa ser aceita “quando existem razões e motivos que justificam este fato” (Múnera, 1994: 29).

Também no Canadá, outra teóloga católica, Louise Melançon, adota e reforça a mesma linha de pensamento. Vai ainda mais além, ao enfatizar também a dimensão de gênero: “a livre escolha da maternidade é, indiscutivelmente, para as mulheres, um direito moral” (Melançon, 1993, p. 137). Cabe a elas, portanto, no caso de uma eventual interrupção da gravidez, tomar a decisão. A teóloga admite, entretanto, que este direito de escolha tampouco é absoluto, assim como não é absoluto o direito do embrião à vida. A solução do dilema – que implica sempre uma grave responsabilidade moral – exige como critério básico o respeito pela vida, levando em conta o contexto concreto em que se coloca (Melançon, 1993, p. 129).

No Brasil, em trabalho inédito sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez, elaborado já há vários anos, Ivo Lesbaupin se inclui na mesma perspectiva (Lesbaupin, 1975, p. 5).

A confluência entre estes diversos autores expressa a presença de uma corrente teológica alternativa dentro da própria Igreja Católica.

É interessante observar que se tal corrente se afasta da posição mais rigorista, que absolutiza o direito à vida do embrião, nem por isto se identifica com a posição diametralmente oposta – propugnada por alguns grupos feministas –, que defende o direito exclusivo da mulher, no que se refere à interrupção da gravidez.

Isto vem demonstrar que o debate teológico em relação à interrupção voluntária da gravidez é bem mais complexo, admitindo posições e matisms diversos que não podem ser reduzidos a uma mera proibição.²⁶

A prática de mulheres e homens católicos

Tais posturas alternativas não se reduzem ao nível teológico; pelo contrário, refletem, sobretudo, a pluralidade de posicionamentos e os questionamentos que vêm se dando na prática e na reflexão dos católicos e católicas. É a este nível, por definição complexo e freqüentemente contraditório, que os princípios adquirem carne e consistência ao iluminar as opções concretas que expressam a liberdade – e a responsabilidade – dos filhos e filhas de Deus (Ribeiro, 1994, p. 227).

Este nível é freqüentemente obscurecido e cercado por tabus, como se fosse possível subsumi-lo sob um princípio abstrato: o silêncio se impõe sobre uma realidade que, entretanto, tem uma existência própria. “Eppur si muove...”

Tal realidade vem sendo – felizmente! – desvelada por diversas pesquisas. O que fica evidente, em primeiro lugar, é o hiato existente entre a prática dos católicos/as e o discurso oficial da Igreja. Esta defasagem é reconhecida, hoje, como uma questão que afeta a Igreja do mundo todo. Nas palavras de Valladier, “a amplidão do desacordo, neste âmbito, constitui um problema que nenhum responsável na Igreja pode ignorar, minimizar ou tratar de forma superficial” (Valladier, 1989, p. 210). No Brasil, esta defasagem vem sendo amplamente demonstrada por diversos estudos sociológicos (Pierucci, 1978; Rosado Nunes, 1994; Machado, 1997).

No caso específico da interrupção voluntária de uma gravidez indesejada, três pesquisas, realizadas pela autora, na década de 1990, levantam

algumas questões relevantes e começam a revelar como esta temática é vivida existencialmente no interior da Igreja católica.

A primeira pesquisa, realizada com mulheres de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – da Baixada Fluminense²⁷ reafirma, ao nível dos princípios, a posição oficial de rejeição ao aborto. Um dia já é uma vida, diz uma das informantes. Percebem também que este não pode ser equiparado à contracepção, que previne o processo vital, mas não o interrompe. Estas mesmas informantes, entretanto, têm uma posição bem mais matizada ao nível da vivência concreta. Conhecendo de perto a angústia de uma gravidez indesejada, a decisão difícil e sofrida de realizar um aborto e a precariedade de condições em que este é feito no seu meio, sua atitude, longe de ser condenatória, é de compaixão e compreensão. Entretanto, a decisão de interromper voluntariamente uma gravidez indesejada só pode ser aceita quando há razões muito fortes para isto. Diz uma das entrevistadas: é a questão financeira, é a miséria que está aí, é a falta de informação, é tudo; é o machismo, aquela coisa que joga pra cima da mulher a responsabilidade todinha. E aí a pessoa na hora... porque ninguém faz isso porque quer, ninguém faria isso com o coração tranqüilo.

Outros fatores apontados pelas mulheres foram os casos de estupro e de gravidez adolescente, nos quais o direito da mãe e o direito do embrião podem entrar em conflito. Esta atitude de compreensão e flexibilidade com respeito à experiência de outras mulheres se transmuta em angústia e sofrimento, quando se trata de assumir a própria vivência: das 26 mulheres entrevistadas, quatro declararam ter interrompido voluntariamente o processo reprodutivo. Relataram situações extremamente difíceis, em que realmente não viam outra alternativa. Uma delas dizia: “Eu ‘tirei’ porque foi a minha única solução. Foi (meu marido) que queria. Fazer o

²⁶ O amplo trabalho de resenha dos trabalhos de diversos teólogos contemporâneos sobre a questão, feito pela Universidad Externado de Colombia, por ocasião do Encuentro de Investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe, é significativo. (Universidad Externado de Colombia, 1995, p. 161-234). Ver também o trabalho de Colón (Colón et al, 1996, p. 251).

²⁷ Trata-se de um estudo de caso sobre “Sexualidade e reprodução: a vivência de mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica”, no âmbito do projeto PRODIR da Fundação Carlos Chagas, realizado pela autora na Diocese de Nova Iguaçu, R.J. – 1991/1992. Ver: RIBEIRO, Lúcia, 1994.

quê? Só se eu largasse ele e fosse resolver o meu problema sozinha”.

Se acrescentarmos a este quadro a total ausência de espaço para discutir o problema e a falta de esclarecimento e de informação de muitas destas mulheres, não é difícil entender que estas experiências constituem um verdadeiro drama, marcado pela angústia e pela culpa e, ao mesmo tempo, pelo sentimento de não ter outra alternativa.

Entretanto, a prática das mulheres das CEBs parece reconhecer implicitamente que, em circunstâncias particularmente graves e difíceis, a interrupção voluntária da gravidez poderia ser a “menos má” das alternativas: não é o único mal em um mundo marcado pela injustiça e pela crueldade (Ribeiro, 1994, p. 233).

Este estudo aponta também para uma questão fundamental: não se pode assumir, abstratamente, uma posição contrária à interrupção voluntária de uma gravidez indesejada sem oferecer às mulheres um espaço de diálogo e de esclarecimento e, mais que isso, sem abrir alternativas concretas de apoio, que lhes permitam ter os filhos que quiserem. Em caso contrário, não seria uma posição farisaica?

A segunda pesquisa, também com mulheres atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – foi um “survey” bem mais amplo.²⁸ Aqui também se demonstrou que, embora a grande maioria, ao nível dos princípios, rejeite totalmente o aborto, na prática, a existência do mesmo é uma realidade. Um número significativo das mulheres – 53 entre as 265 entrevistadas – interrompeu ou tentou interromper voluntariamente o processo reprodutivo. Este grupo poderia ainda ser ampliado ao acrescentar-se o número das entrevistadas que declararam não desejar a gravidez e, para isto, tomaram o que chamam “chá para descer a menstruação”, hábito bastante comum entre as mulheres dos setores populares. Embora não explicitem que se trata de um chá abortivo, sabem

que tem este efeito; mas ao utilizar este eufemismo – consciente ou inconscientemente – se eximem de culpa, já que podem provocar um aborto sem dizer que o estão fazendo (Ribeiro e Luçan, 1997, p. 89).

Não houve possibilidade, no contexto desta pesquisa, de aprofundar mais a questão – já que se tratava de uma análise quantitativa, limitada a alguns aspectos –, mas alguns depoimentos recolhidos ao longo da mesma indicavam a angústia que significa uma gravidez não-desejada, a dificuldade de tomar – freqüentemente de forma solitária – uma decisão complexa e dolorosa, acentuada pelo clima de ilegalidade e clandestinidade, e, em muitos casos, a culpa que acompanha a mulher pelo resto da vida.

A terceira pesquisa tinha por objetivo analisar a questão desde uma outra perspectiva: o olhar dos sacerdotes. Realizada pouco depois, na mesma região da Baixada Fluminense, com 23 padres que aí trabalhavam,²⁹ esta análise demonstrou que, também para eles, a questão do aborto apresenta-se como uma realidade complexa e simultaneamente irrefutável, entre o povo da Baixada. Constatam, também, sua existência no interior da própria comunidade católica, embora reconheçam que, neste caso, o fenômeno é bem mais limitado e qualitativamente diverso.

Tendo como pano de fundo o contexto de ilegalidade, tanto civil quanto eclesial, sua informação sobre o tema parece ser reduzida, quando não distorcida: alguns dos sacerdotes entrevistados desconheciam não só as condições concretas em que se realiza o aborto, com respeito a locais e métodos utilizados, como a própria legislação brasileira a respeito. Aqui, à dificuldade de abordar o tema, por parte dos padres, se soma o constrangimento e o silêncio dos/as fiéis, acentuado por diferenças de gênero e de situação social. É possível pensar também que esta limitação da informação – causada por e causante de um certo desinteresse

²⁸ Trata-se da pesquisa realizada pela autora e por S. Luçan na Diocese de Nova Iguaçu, entre 1993 e 1995, com uma amostra de 265 mulheres pertencentes às CEBs. Ver: RIBEIRO, Lúcia e LUÇAN, Solange, 1997.

²⁹ Trata-se da pesquisa “Clero católico e reprodução: um estudo de caso”, realizada no Instituto de Estudos da Religião – ISER de 1995 a 1997, sob a coordenação da autora, com o apoio da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller. A pesquisa se baseia em entrevistas semi-estruturadas, realizadas com uma amostra de 23 padres, 10 brasileiros e 13 estrangeiros, entre 30 e 68 anos, residentes na Diocese de Nova Iguaçu, RJ.

– possa funcionar como álibi para não assumir posições mais claras, frente a uma questão considerada como controvertida e delicada

Mais um elemento condiciona seu discurso: são muito poucas as mulheres que procuram os sacerdotes antes do aborto: trata-se, em geral, de participantes da comunidade que, na realidade, já vêm predispostas a não abortar. A grande maioria, tendo que tomar uma decisão em situações difíceis e conflituosas e conhecendo a posição contrária da Igreja, recorre a outras pessoas ou, mais frequentemente, é levada a decidir solitariamente. Só procuram os padres depois, para reconciliar-se com a própria consciência ou para poder falar de seus problemas e “desabafar”. Desta forma, os sacerdotes só têm acesso à informação *a posteriori*, depois do fato já sucedido.

Isto implica em duas conseqüências: por um lado, os sacerdotes têm a versão exclusiva, seja das (poucas) mulheres católicas que os procuram antes, já predispostas a não abortar, seja das que os procuram depois do aborto realizado, em função da culpa e do arrependimento. Porém, não têm possibilidade de ouvir mulheres que tenham vivido o aborto em circunstâncias diversas, assumindo-o como uma alternativa extrema, mas passível de ser livremente escolhida.³⁰

Por outro lado, diante do “fato consumado”, os padres se preocupam sobretudo, quando não exclusivamente, com a dimensão moral e espiritual da questão: há pouco espaço – ou pouco interesse? – para averiguar as condições concretas em que se dá a interrupção voluntária de uma gravidez indesejada. Assim, entende-se que os sacerdotes tenham uma percepção reduzida e unilateral da realidade, além de frequentemente ambígua e não isenta de distorções.

Sua prática pastoral se dá sobretudo no momento posterior ao aborto. Mesmo assim, há espaço para a orientação, embora limitado e parcial. Tal orientação se centra sobre o valor da

vida, que é indiscutivelmente aceito por todos; mas as formas de traduzir este valor para a experiência concreta são diferentes, possibilitando distinguir, entre os entrevistados, três enfoques distintos: o primeiro é contrário ao aborto em qualquer situação; o segundo – sem divergir do princípio geral – reconhece que, em última análise, a decisão cabe à consciência pessoal; e o terceiro enfoque leva em conta o contexto – frequentemente complexo e conflituoso –, em que se coloca concretamente a questão de interromper ou não uma gravidez indesejada, chegando inclusive a admitir sua possibilidade em casos específicos.

Aqui chama a atenção a diversidade destes tipos de orientação, que vão da rigidez da ortodoxia a uma maior flexibilidade, em função das circunstâncias. Esta última posição, revelando uma abertura até certo ponto inesperada, pode ser interpretada como uma conseqüência da experiência de vida na Baixada Fluminense, onde a precariedade da situação socioeconômica é conhecida, tornando ainda mais dramática a interrupção voluntária da gravidez. A sensibilidade destes sacerdotes se aguça, em alguns casos, para chegar a contestar o absolutismo de princípios universais, que não conseguem dar conta da complexidade do real. Estes casos, embora representem uma minoria da amostra, são sintomáticos, por expressarem uma postura inovadora, em face do monolitismo da doutrina oficial.

Ao mesmo tempo, coincidem perfeitamente com novas correntes que vêm surgindo no panorama teológico contemporâneo, tentando responder aos desafios colocados pelo mundo atual, encarnando, neste novo contexto, os valores cristãos fundamentais. Isto não significa que seu pensamento se encontre já sistematicamente formalizado: seus questionamentos e suas posturas inovadoras parecem derivar basicamente de sua reflexão pessoal, a partir da prática que vivenciam cotidianamente no contexto da Baixada.

³⁰ A experiência de um *work-shop* realizado em 1987, com um pequeno grupo de profissionais católicas, trouxe à luz um depoimento extremamente significativo: tratava-se do caso da amiga de uma delas, também católica, que, depois de ter quatro filhos não-planejados – utilizando métodos ‘naturais’ ineficazes no seu caso – finalmente optou por outros métodos. Entretanto, 9 anos depois, ficou grávida de novo, por um erro médico, em uma situação particularmente difícil, fora do seu país: junto com o marido, e apoiada por um sacerdote, decidiu interromper a gestação. Embora a decisão tenha implicado um enorme sofrimento, esta mulher transmitia a sensação de ter usado plenamente sua liberdade: sentia-se em paz, diante de Deus, e certa de ter feito a opção que lhe cabia, como mulher. Ver: RIBEIRO, Lúcia, 1992.

Há um outro aspecto que chama a atenção: embora a maioria dos entrevistados reconheça que, na situação concreta da Baixada, a liberdade das mulheres seja extremamente limitada e que, ao optar pela interrupção voluntária de uma gravidez indesejada, o façam – “escravas da situação” – por não ver outra alternativa, a preocupação com o apoio concreto a ser dado à mulher, nesta situação, é muito reduzida. Foram muito poucos os que apontaram possibilidades de conseguir recursos para poder sustentar não só a gravidez como a futura vida da criança, seja através de apoio material, seja através de estratégias como a adoção. Aqui, verifica-se uma contradição objetiva entre a pregação da norma e as condições concretas que impedem seu cumprimento; entretanto, o que parece mais relevante, para os efeitos da pesquisa, é o fato de os entrevistados – com pouquíssimas exceções – não terem se referido a este problema, parecendo sem consciência a respeito da contradição envolvida.

O momento de maior densidade, em seu discurso, parece ser o que se refere à sua atuação enquanto pastores – na plena dimensão da palavra – na etapa posterior ao aborto. Nesta etapa, frequentemente marcada pelo sofrimento e pela culpa, sua atitude é basicamente de acolhimento e compaixão. É nesta circunstância que os sacerdotes dão mostra de uma capacidade de escuta e de compreensão que não se limita a entender os fatos passados, mas que se abre também para a possibilidade do perdão e da reconciliação. Neste sentido, sua atitude – sem negar a “maldade” objetiva do ato em si – foge de uma dimensão condenatória, para assumir predominantemente características de apoio, compaixão e perdão.

Isto significa também a abertura para (re)admitir na vida da comunidade as mulheres que interromperam voluntariamente o processo reprodutivo. Para tanto, o fato de o aborto se dar, na maioria dos casos, no âmbito do privado, favorece esta decisão. Mas parece haver também, por parte do clero, uma maior flexibilização neste aspecto. Embora não neguem explicitamente o Código Canônico, para o qual o aborto é (ainda) passível de pena de excomunhão, os sacerdotes parecem ter pouco interesse em divulgar esta in-

formação. A (re)integração da mulher na comunidade – que muitas vezes nem chega a ser vivida enquanto tal, diluindo-se em uma participação sem solução de continuidade – não chega a ser um choque e menos ainda um escândalo para os membros da mesma. Aqui, mais uma vez, os padres parecem obedecer muito mais às exigências do pastor que às do juiz.

O discurso dos sacerdotes sobre a interrupção voluntária da gravidez, heterogêneo e diversificado tanto ao nível da percepção da realidade quanto ao nível dos tipos de orientação, revela, sobretudo, a dificuldade de lidar, na prática, com uma questão controvertida e conflitiva. A falta de um diagnóstico mais amplo e preciso da questão e, sobretudo, a ausência de um espaço aberto de diálogo e debate, em face de uma realidade obscurecida pela situação de ilegalidade, são obstáculos reais que necessitam superar, para chegar a uma compreensão mais abrangente e objetiva da questão.

Conclusão

Ao revisitar estas pesquisas realizadas na década de 1990, o que mais impressiona é perceber que, à primeira vista, pouca coisa mudou, no momento atual: parece tratar-se, realmente – para utilizar a expressão de Luiz Alberto G. de Souza³¹ – de um “tema congelado” dentro da Igreja católica. E certamente as contundentes declarações de Bento XVI em nada ajudam a desbloqueá-lo...

Entretanto, ao perscrutar com maior cuidado, é possível observar algumas mudanças. Pode-se notar entre alguns setores, mais atentos aos “sinais dos tempos”, uma maior sensibilidade ao tema. A própria reflexão teológica vem se ampliando, como assinalamos acima, ao levar em conta as questões que permanecem em aberto, como:

- a dimensão histórica do discurso moral – sempre passível de transformações;
- a valorização diferencial que a Igreja atribui à vida humana – mais ou menos flexível segundo os casos;

³¹ Ver SOUZA, Luiz A. Gómez, 2004.

- a definição do momento em que se inicia ou termina a existência de uma pessoa humana.

Estas questões abrem um espaço de debate: correntes teológicas diferentes, assim como a prática de mulheres e homens católicos, apontam para uma posição mais matizada que, embora seja em princípio contrária à interrupção voluntária da gravidez, admite sua possibilidade em casos de extrema gravidade.

Esta abertura favorece a compreensão do problema no atual contexto do Brasil, onde, como foi visto, o aborto ainda é vivido, de fato, em um clima de ilegalidade e conseqüente clandestinidade, penalizando particularmente as mulheres de baixa renda e constituindo um verdadeiro problema de saúde pública.

No contexto mundial, por sua vez, há uma tendência crescente para legalizar o aborto clandestino, inclusive em países onde a influência católica é forte, como aconteceu recentemente em Portugal. Também é crescente a consciência de que, em um mundo pluralista e marcado pela diversidade religiosa, a laicidade do Estado é uma exigência.

Levando em conta todos estes aspectos, parece-nos que as posições recentemente assumidas pelo atual Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, são extremamente oportunas. Ao propor que o feto tenha proteção jurídica a partir da 12ª semana de gestação e que até este momento a interrupção da gravidez possa ser realizada, sem provocar sanções legais (ver *O Globo*, 26 de junho de 2007) o Ministro propõe uma solução concreta, que merece ser apoiada.

Tal proposta pode parecer, à primeira vista, contrária a um discurso católico ortodoxo. Mas se consideramos as mudanças que começam a se dar no mundo cristão, certamente há espaço para sua discussão e aprovação.

Mais que isto, os cristãos – e particularmente as cristãs – podem trazer uma contribuição específica a este debate, ao enfatizar a necessidade de uma ética da responsabilidade, baseada na valorização da liberdade, da consciência pessoal e da capacidade da pessoa humana de tomar decisões autônomas. O valor fundamental continua sendo

– como sempre foi – a defesa da Vida, mas Vida no seu sentido amplo, que não se reduz apenas a preservar a integridade do processo de gestação, mas abre-se para toda a problemática existencial da vida da mulher, do homem, da família, da sociedade e de todo o planeta.

Referências bibliográficas

- ADISTA, Anno XXXI n. 5477, Roma, outubro 1997.
- ALAN GUTTMACHER, Institute. *Aborto clandestino: uma realidade latino-americana*. Nova Iorque: The Alan Guttmacher Institute, 1994.
- BARSTEDT, Leila L. Legalização e Descriminalização do Aborto in *Estudos Feministas* (104-130) Vol. 0, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1992.
- FREI BETTO. A questão do aborto: por uma legislação em defesa da vida in RIBEIRO, Lúcia (Org.). *Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade* (64 / 71) – No. especial de Comunicações do ISER, n. 42, Rio de Janeiro, ISER, 1992.
- _____. "Vidas em suspensão" in *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 20 maio 2007.
- CATOLICAS POR EL DERECHO A DECIDIR. Carta de Principios in *Conciencia Latinoamericana*, vol IX, n. 1, Montevideo – CDD, jan./jul. 1997.
- CFEMEA – Revista do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, ano VI, n. 55, Brasília, ago. 1997.
- COLÓN, Alice et alii. Tentativas de deslegitimação do direito ao aborto in Porto Rico in COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Direitos tardios – Saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, São Paulo, Prodir II: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1997, p. 251-276.
- COMUNITÁ DI SAN PAOLO IN ROMA. *Il cristiano e la sessualità: un contributo di base al Sinodo sulla famiglia*. Roma: CNT Edizioni, 1980.
- DEBELLE, Jean et alii. *A corps perdu ou accord perdu?*. Bruxelas: Goffi, 1997.
- DINIZ, Simone Grillo et al. Uma contribuição ao debate sobre direitos reprodutivos" in *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Ano 3, n. 6, Rio de Janeiro, Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero e Saúde - CEPESC/IMS/UERJ, dez. 1996 (10 / 18).
- ESCOSTEGUY, Diego e BRITO, Ricardo. Quando começa a vida? in *Revista VEJA*, 25 abril 2007.
- FALACCI, Oriana. *Lettera a un bambino mai nato*. 40. ed. Milão: Ed. Rizzoli, 1995.
- FAUS, José I. González. *El derecho de nacer – Critica de la razon abortista*. Barcelona: Cristianisme i Justícia, 1995.
- FORCANO, Benjamin. Legislar sobre el aborto in *Diario El Pais*, Madrid, 26 jul. 2004.

GEBARA, Ivone. Por que legalizar o aborto in *SIDOC – Serviço de Informação e Documentação*. São Paulo, 1994.

_____. Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto in *IHU On-Line*. São Leopoldo, Instituto Humanitas, n. 219, 14 maio 2007.

IGREJA PRESBITERIANA DOS EUA. O dom de Deus da sexualidade - Guia para a Igreja Presbiteriana dos EUA in IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL. Ide e Anúncias. *Caderno do Projeto Integrado de Educação Cristã – PIEC*, Vitória, ano IV, n. 18, abr./maio 1997.

JORNAL DO BRASIL. Um rebanho dividido. Pesquisa Gerp/ JB. Rio de Janeiro, 28 set. 1997.

JORNAL O GLOBO. Aborto de alto risco é terceira causa de morte materna no país. Rio de Janeiro, 20 maio 2007.

_____. Temporão: uma em cada quatro grávidas faz aborto. Rio de Janeiro, 26 jun. 2007.

JUNGES, José Roque. Se o aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto in *IHU On-Line*, Instituto Humanitas, S. Leopoldo, ed. 219, 14 maio 2007, p. 14-18.

KÜNG, Hans. A posição da Igreja de não permitir nada não é cristã. *Sítio Religião Digital (RD)*, 29 mar. 2007.

LESBAUPIN, Ivo. A questão do aborto. *Mimeo*. Rio de Janeiro, 1975. In: www.iserassessoria.org.br

MACHADO, Maria das Dores. Saúde feminina, direitos reprodutivos, aborto e planejamento familiar na mídia pentecostal. *Exposição no Seminário Novos Enfoques sobre o Aborto*. ISER, Rio de Janeiro, jun. 1997.

MADURO, Otto. *Otto Maduro e o feminismo – Um depoimento a Regina Jurkewicz*. São Paulo: Simpósio Editora, 1997.

MELANÇON, Louise. *L'avortement dans une société pluraliste*. Montréal: Éditions Paulines, 1993.

MÚNERA, S.J. Alberto. *Problemática religiosa del aborto provocado en Colômbia*. Bogotá: Mimeo, 1994

MURARO, Rose Marie. El aborto y La Fe Religiosa en América Latina in PORTUGAL, Ana Maria (Edit.) *Mujeres e Iglesia: sexualidad y aborto en América Latina (81-94)*, Washington / México – Catholics for a free choice / Distribuciones Fontamara, 1989.

PEREIRA, Irotilde G.; MOTA, Clarice N. *Manual para o estabelecimento de um serviço de atendimento para aborto previsto por lei*. Rio de Janeiro: IPAS, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira. *Igreja: contradições e acomodação - Ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil*. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), cad.30. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RIBEIRO, Lúcia. Vivência da sexualidade entre católicas in RIBEIRO, Lúcia (Org.). *Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade (5 / 38) – Nº especial de Comunicações do ISER*, ano 11, n. 42, Rio de Janeiro, ISER, 1992.

_____. A experiência do aborto entre mulheres católicas in *Perspectivas Teológicas*, n. 26, Belo Horizonte, 1994, p. 227-233.

_____. *Sexualidade e reprodução: o que os padres dizem e o que deixam de dizer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001;

_____; LUÇAN, Solange. *Entre (in)certezas e contradições: práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja católica*. ISER / Editora NAU, Rio de Janeiro, 1997.

_____. *ISER / Editora NAU, Rio de Janeiro, 1997.*

ROSADO NUNES, Maria José F. De Mulheres, Sexo e Igreja: Uma pesquisa e muitas interrogações in COSTA, Albertina de Oliveira e AMADO, Tina (Orgs.). *Alternativas escassas – Saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Ed. 34; Fundação Carlos Chagas, vol. 1, 1994, p. 174-200.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: CERIS; Rede da Paz; Edições Loyola, 2004.

UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. *Problemática religiosa de la mujer que aborta: encuentro de Investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1995.

VALLADIER, Paul. *L' église en procès - Catholicisme et société moderne*. Paris: Ed. Flammarion, 1989.

VEIRA DE MELO, Aparecida. Gravidez na adolescência: uma nova tendência na transição da fecundidade no Brasil in ABEP - Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 3. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1996, p. 1439-1454.

ZAGO, Douglas Antonio. Cultura define em que momento embrião vira uma pessoa. *Folha de S. Paulo*, 24 out. 1993.

Em defesa da vida: a Igreja e a questão do aborto

Defender a vida é o principal objetivo da Campanha da Fraternidade 2008, que tem como tema “Fraternidade e Defesa da Vida” e como lema “Escolhe, pois, a vida (Dt 30,19)”. Na entrevista que segue, concedida por e-mail à IHU On-Line, em 6 de março de 2008, a doutora Lúcia Ribeiro fala sobre a defesa da vida e as questões que problematizam esta questão. “Talvez o maior problema para lidar com esta questão, hoje, no interior da Igreja, esteja na imposição de um pensamento único, que não admite nenhum tipo de discussão e que impede a compreensão de sua complexidade”, afirma a socióloga.

IHU On-Line – Qual é a análise que você faz do atual governo para garantir o direito básico do ser humano, que é a vida?

Lúcia Ribeiro – Lula se elegeu com um programa centrado na justiça social e na necessidade de mudar o atual sistema, intrinsecamente injusto; colocava-se, portanto, numa perspectiva de defesa da vida, em seu sentido amplo. Ao assumir o poder, entretanto, deparou-se com uma série de

obstáculos, tanto externos como internos ao seu próprio grupo, que limitaram parcialmente a realização deste projeto. Apesar disto, vem conseguindo alguns resultados, entre os quais gostaria de ressaltar o fato de ter conseguido estabilizar a economia, aumentar o salário mínimo, e criar e expandir programas sociais – como o Bolsa Família –, proporcionando condições básicas de sobrevivência para os setores populares. Além disso, vem lutando por controlar o desmatamento na Amazônia, preocupado com o meio ambiente. Neste sentido, continua defendendo o direito à vida, dentro do âmbito limitado imposto pelas opções políticas que fez.

IHU On-Line – Você escreveu, recentemente, um artigo em que fala sobre o aborto. No início do mês, um grupo de cientistas italianos propôs que fetos com vida passem a contar com assistência médica necessária para que consigam viver. Isso inclui também os casos de aborto provocado. Qual é a sua opinião sobre tal fato?

Lúcia Ribeiro – Reanimar e dar assistência a um feto prematuro, que nasce com menos de 26 semanas – incluindo os casos de fetos abortados – se justifica, na opinião destes cientistas italianos, pela possibilidade de “dar o tempo necessário para uma avaliação das condições clínicas, da resposta à terapia intensiva e das possibilidades de sobrevivência e por permitir discutir o caso com os médicos e os genitores”.

Creio que poder fazer uma avaliação das condições de um feto super-prematuro – levando em conta que, neste caso, os riscos de que tenham déficit cerebral ou de outro tipo são muito altos – pode ser uma medida positiva, para países que já resolveram problemas básicos de saúde e que têm condições de fazê-lo; mas não me parece ser uma prioridade, em lugares onde a mortalidade infantil ainda é muito alta. É preciso examinar cada contexto e ter em vista as possibilidades concretas em que tais cuidados podem ser tomados.

Por outro lado, também é preciso prestar atenção na possibilidade de que, sob a bandeira de defesa da vida, exista interesse em fazer experimentos com fetos. Tal interesse pode ser perfeita-

mente legítimo, sempre e quando explicitado e sujeito às exigências dos códigos de ética na pesquisa. Aqui também é fundamental analisar cada contexto específico.

IHU On-Line – Você defende ferozmente a vida e parece ser contra a interrupção voluntária da gravidez. Quando se trata de uma gravidez indesejada, gerada a partir de violência, qual é a sua opinião sobre a interrupção nestes casos?

Lúcia Ribeiro – Creio que a vida, tomada em seu sentido integral, incluindo não só a vida humana, mas também a de todos os seres vivos e a do próprio planeta, seja o maior dom de Deus e por isto mesmo precisa ser cuidada e preservada com carinho (mais do que ferozmente...). Nesta defesa ampla da vida, inclui-se também a defesa da vida do embrião, que, com oito semanas, se transforma em feto, para finalmente, com o nascimento, tornar-se um bebê.

IHU On-Line – Em que momento deste processo é possível falar de uma pessoa humana?

Lúcia Ribeiro – Embora esta questão se encontre em aberto, e seja motivo de debate não só entre cientista e filósofos, mas também entre teólogos/as, parece haver consenso que se trata de uma vida humana em potencial e que, portanto, merece ser defendida, como princípio básico.

Entretanto, o direito à vida do embrião ou do feto não é o único: em alguns casos, pode colidir com o direito à vida, física e/ou emocional da mãe, em cujo corpo se dá este processo; e, em caso de conflito de direitos, é lícito – de acordo com o princípio ético do “mal menor”, que já vem sendo defendido desde Aristóteles – escolher o “bem maior” ou o “mal menor”, que, no caso, tanto pode ser a vida da mãe como a vida do embrião/feto. O princípio básico é sempre a defesa da vida, mas as formas em que se concretiza dependem do contexto em que se dá: não se pode estabelecer uma norma absoluta e fixista. Assim, no caso de uma gravidez indesejada, gerada a partir de um ato de violência, é preciso analisar as condições: se quem o cometeu foi ou não um membro da família, se a mulher é ou não uma me-

nor de idade, se tem ou não condições de saúde para enfrentar uma gravidez – que pode ser de alto risco –, se tem equilíbrio emocional para levar a gravidez a termo, se tem ou não condições para cuidar e educar um filho etc. Só uma análise cuidadosa do contexto pode ajudar a definir qual o direito que deve prevalecer e de que forma se defende realmente a vida, neste caso.

IHU On-Line – Qual é a sua opinião sobre a forma como a Igreja está conduzindo esse problema?

Lúcia Ribeiro – Se pensarmos a Igreja como povo de Deus – de acordo com o Concílio Vaticano II –, há certamente unanimidade no que se refere ao valor fundamental da vida; isto não significa, entretanto, que as formas específicas que a defesa deste valor assume sejam sempre e necessariamente as mesmas. Assim, diante do dilema concreto que coloca uma interrupção voluntária da gravidez, a posição dos cristãos e cristãs, embora em princípio seja contrária à mesma, não é, na prática, unânime: muitos admitem, em casos extremamente graves, que é possível optar pelo “mal menor”. Aliás, pesquisas realizadas entre mulheres católicas e entre sacerdotes demonstram que o aborto é uma realidade, também no interior da Igreja.

Talvez o maior problema para lidar com esta questão, hoje, no interior da Igreja, esteja na imposição de um pensamento único, que não admite nenhum tipo de discussão e que impede a compreensão de sua complexidade. É importante lembrar que nem sempre foi assim: a discussão sobre o momento em que era insuflada a alma no feto (para Sto. Agostinho e Sto. Tomás, só depois de 40 dias) e que permitia distinguir entre “fetos animados” e “inanimados” persistiu até o século XVII; só então definiu-se oficialmente que este momento se daria no momento da concepção. Por outro lado, no século XX, introduziu-se mais uma modificação, ao estabelecer-se, no discurso do Magistério, a distinção entre aborto direto e indireto, sendo este último considerado lícito (sem falar na contracepção, anteriormente proibida, e a partir de 1952, admitida por Pio XII, embora com a restrição de métodos). Todas estas mudanças de-

monstram que, longe de ser uma norma intocável – pois não se trata de um dogma –, a doutrina moral da Igreja é passível de transformações e pode mudar no futuro.

Para tanto, é indispensável um espaço onde se possam debater aberta e honestamente as diversas facetas que a temática levanta; sua ausência tem levado a uma posição ambígua, na qual a proibição radical do aborto, no discurso oficial, convive com sua aceitação, na prática, diante de casos extremos. Nestes casos, a opção de interromper a gravidez – sempre dolorosa, gerando angústia e culpa – torna-se duplamente difícil, pela proibição eclesial, somada à criminalização legal, que cerca esta prática.

IHU On-Line – Como a senhora mesmo explicita, a Igreja está focando esta Campanha da Fraternidade, que é em defesa da vida, em torno da problemática do aborto. No entanto, a vida deve ser defendida sobre diversos âmbitos. Em sua opinião, qual é o papel da mulher na defesa total da vida?

Lúcia Ribeiro – Na realidade, é a própria Campanha da Fraternidade – sobre a qual, até aqui, não tomei nenhuma posição – que explicita a importância de compreender a Vida em seu sentido integral: “Há que defender e promover a vida humana, (...) compreendida como dom de Deus (...) a partir do sentido da vida em todas as circunstâncias”. (*Texto-base*, p. 31). Infelizmente, em sua realização, houve uma redução simplificadora do conceito, com uma centralização excessiva na questão do aborto, que, embora importante, não é sua única faceta.

Este sentido integral da vida é facilmente compreensível para a mulher, a quem cabe culturalmente, na sociedade atual, cuidar da reprodução da vida. Não se trata apenas do processo de gestação, mas de tudo o que implica a criação e educação dos filhos, assim como o cuidado dos doentes e dos idosos. Ao estar existencialmente conectada às diversas facetas do cotidiano, a mulher pode contribuir, com sua experiência concreta, para uma visão mais ampla e multidimensional da vida.

A interrupção voluntária da gravidez: uma contribuição para o debate

Por Ivo Lesbaupin

Ivo Lesbaupin é graduado em Filosofia, pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, mestre em Sociologia, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e doutor em Sociologia, pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É, também, autor e organizador de diversos livros, entre os quais **Igreja, movimentos populares, política no Brasil** (São Paulo: Loyola, 1983), **As classes populares e os direitos humanos** (Petrópolis: Vozes, 1984), **Igreja: Comunidade e Massa** (São Paulo: Paulinas, 1996), e **O desmonte da nação: balanço do governo FHC** (Petrópolis: Vozes, 1999). Atualmente, é membro da ONG Iser Assessoria e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O presente artigo, enviado com exclusividade para ser publicado pelo IHU, foi escrito por Lesbaupin em 1975, portanto há mais de trinta anos. Ele explica a razão de publicá-lo somente hoje: “é que os argumentos que contém são válidos ainda hoje. Algumas pessoas que o leram acharam que seria uma boa contribuição para o debate, especialmente agora que o tema voltou com força. Penso que ele também poderá ser útil para o debate dentro da Igreja Católica. Quanto ao texto, mantive-o praticamente como estava, fazendo apenas correções de estilo. Agradeço a leitura acurada de Lúcia Ribeiro”.

No texto, Lesbaupin afirma que, ao “falar de aborto, ou melhor, de interrupção voluntária da gravidez, devemos ter presente que, em média, há 30 a 40 milhões de abortos anualmente no mun-

do, a grande maioria realizados clandestinamente, por pessoas incompetentes ou por clínicas ilegais”.

Introdução

Ao tratarmos de um assunto tão importante como este, corremos sempre o risco de discuti-lo abstratamente. Na verdade, ao falar de aborto, ou melhor, de interrupção voluntária da gravidez, devemos ter presente que, em média, há 30 a 40 milhões de abortos anualmente no mundo, a grande maioria realizados clandestinamente, por pessoas incompetentes ou por clínicas ilegais (Dumas, 1970, p. 7). No Brasil, calcula-se o número anual de abortos entre 1 e 2 milhões (Rodrigues, 1967, p. 970).³² Uma parte das mulheres que interrompem a gravidez voluntariamente vêm a falecer em consequência do tratamento precário. Na França, para 1 milhão de interrupções anuais – cálculo aproximado – havia 25 mil mortes, antes da aprovação da lei do aborto (Boyer, 1972, p. 47). No Brasil, o número de mortes é seguramente maior. Este fato não deve servir como critério moral, mas é importante ter presente. Portanto, ao falarmos deste tema, estamos diante de casos, de pessoas concretas que, por uma ou outra razão, decidiram interromper sua gravidez. Estamos diante de casos muito diferentes uns dos outros, e que não podem ser reduzidos a um só caso-tipo.

Alguns destes casos:

- Dois terços das mulheres que decidem interromper a gravidez são mães de família

³² Os dados, embora inexatos – não há como calcular com precisão o número de abortos provocados – não são muito diferentes hoje em dia: entre 1 milhão e 1 milhão e 500 mil.

(Debout, 1972, p. 30). Fazem-no, portanto, não por serem contra a maternidade, mas por considerarem inoportuno o nascimento de um filho naquele momento (uma boa parte por razões econômicas).

- Entre as demais mulheres (um terço), uma boa parte o faz seja por razões sociais – mãe solteira –; seja por razões de maturidade – não se considera ainda capaz de educar um filho –; seja por razões afetivas – inconveniência de ter um filho sem poder lhe oferecer uma família, ao menos, a mãe e o pai –; seja porque não esperava um filho – veio de surpresa –, que viria obrigar a interromper os estudos, ou o preparo profissional; seja por razões profissionais – por não poder se afastar do trabalho naquele período, por exemplo.
- Um pequeno número de mulheres vem a conceber em consequência de uma violação; a maioria não aceita um filho nestas condições.
- Há também o caso de mulheres que interrompem a gravidez por ter contraído alguma doença capaz de, na maioria dos casos, prejudicar seriamente o embrião provocando graves deformações físicas ou mentais.
- Há, finalmente, as que abortam em consequência do tratamento de alguma doença não diretamente ligada à gravidez.

Estamos, portanto, diante de casos bem concretos: desde a mãe que não quer ver seu filho passar fome até a jovem que, apesar de usar métodos anticoncepcionais, se vê surpreendentemente grávida; desde a mãe que descobre que corre o risco de gerar um filho/a deficiente até a que se encontra em risco de vida.

Dividiremos nossas reflexões em três partes: primeiro, visto que a grande maioria dos que condenam o aborto, o fazem em nome da vida humana, examinaremos as quatro teorias científicas atuais a respeito do início da vida humana; em seguida, veremos alguns dados da tradição teológica a respeito do aborto; finalmente, faremos uma reflexão teológica sobre a vida humana e a interrupção voluntária da gravidez.

Os critérios biológicos do início da vida humana³³

O momento da fecundação – origem do genótipo:

Para os seguidores desta teoria, a vida humana se inicia com a fecundação do óvulo. Neste momento, uma nova vida, distinta da do pai e da mãe, tem início, com um código genético único, irrepetível. O genótipo está determinado. A blástula possui um dinamismo próprio, distinto do da mãe: ela possui uma rede de comunicações que envia informações ao organismo materno estimulando-o a preparar-se para acolher aquela vida.

O momento de uma possível segmentação:

A teoria da fecundação é seriamente questionada por esta outra teoria. Pois, após a fecundação, o ovo pode sofrer uma segmentação, gerando gêmeos. Esta segmentação pode ocorrer desde o 4º dia até o 14º dia. Conforme o caso, teremos gêmeos com placentas próprias, ou com uma placenta só (univitelinos) ou irmãos siameses (caso mais raro). Há também a possibilidade, mais remota, de o ovo segmentado voltar a reconstituir-se em um só embrião. Ora, não se pode falar de pessoa humana sem que haja um indivíduo, isto é, não se pode falar de personalização sem que tenha havido individuação. Portanto, não se pode falar em início da vida humana no momento da fecundação, mas só a partir da individuação.

O momento da nidação:

Depois de fecundado, o óvulo leva 8 a 10 dias até chegar ao útero materno, onde se implanta (nidação) (Pohier, 1972, p. 77). Estima-se que de 30 a 50% dos óvulos fecundados são naturalmente expulsos antes da nidação. Ora, não se pode dizer que são seres humanos mortos! Este processo natural de seleção leva em conta, entre outros fatores, deficiências de formação do ovo. Depois da nidação até o nascimento, apenas 10% a 20% dos embriões são naturalmente expulsos.

³³ Seguimos basicamente a exposição de Bernard Häring, 1972, p. 129-144.

Para os seguidores desta teoria, portanto, a vida humana teria início com a nidação. Outros, porém, argumentam que ainda aí não se pode falar de vida humana – já que as possibilidades de uma vida são ainda tão frágeis.

Cerebralização (formação do córtex cerebral) e hominização

As mais recentes pesquisas sobre o momento da morte estabelecem como critério seguro da morte a cessação de manifestações vitais no cérebro. São numerosos os casos de reanimação após uma parada cardíaca. Mas desde que, pelo eletroencefalograma, se constata a “morte cerebral” (ausência de manifestações vitais pelo espaço de 4 a 10 minutos), se está diante de uma situação irreversível de morte. As células cerebrais começam a decompor-se de modo irremediável. Mesmo que se mantenha artificialmente a vida, é apenas a vida vegetativa que continua. Se a morte cerebral é o critério para se dizer que não há mais vida humana, é possível dizer-se que há vida humana antes de haver cérebro?

Além do alto percentual de mortalidade das blástulas e dos embriões durante as primeiras semanas, trata-se aqui sobretudo do feto anencéfalo (caracterizado pela falta das partes essenciais do cérebro), para o qual nenhuma atividade pessoal será possível. Diz o Dr. Paul Chauchard: “Um ovo só é humano se tem nas suas aptidões genéticas o poder de dirigir o desenvolvimento do cérebro. Um embrião só é humano se tem cérebro, mesmo que apresente algumas insuficiências. Se eles eram geneticamente muito anormais desde a concepção, pode-se dizer que nunca foram seres humanos. Se é um problema tardio que impediu o crescimento do cérebro, deve-se dizer que neste momento eles morreram enquanto pessoa humana”.³⁴ Um anencéfalo não é um ser humano (digamos que é fruto humano imperfeito, isto é, sem condições de chegar a se formar como pessoa humana por lhe faltar o substrato biológico mínimo) (Pohier, 1972, p. 97). S. Afonso de Liguori (+ 1787) afirma que, se o feto não tem mais condições de realizar uma vida humana, não é mais

feto, é uma substância pútrida (Häring, 1972, p. 184-185). O que tem importância não é a vida biológica, mas a vida humana. Se não há possibilidade de manifestação pessoal, humana, não tem sentido manter-se artificialmente um estado de vida biológica (Ibidem, p.184-185).

A partir daí, surgem uma série de perguntas, que podem se resumir numa só: como se pode considerar pessoa humana o que ainda não atingiu uma fase de desenvolvimento tal que disponha do substrato biológico mínimo para uma vida pessoal? O que caracteriza especificamente o ser humano é a consciência, a capacidade de auto-reflexão, o pensamento e a capacidade de decidir movido por razões. Todas estas razões supõem o córtex cerebral. É entre o 15º e o 40º dia que se desenvolve a estrutura da base do córtex cerebral. Em 8 semanas, se pode “derivar” uma atividade cerebral elétrica. Somente na 12ª semana (3 meses) é que a estrutura do cérebro está completa. Até aqui o embrião estaria em processo de devir, com mudanças qualitativas. A partir daqui, é só crescer. Antes da formação do cérebro, não há o substrato indispensável para as atividades espirituais, que são o próprio da pessoa. Antes desta etapa não se pode falar em sujeito humano (cf. W. Ruff, citado em Snoek, 1971, p. 884). Para os autores desta teoria, só há vida humana a partir da formação do cérebro.

Aí estão, pois, as teorias científicas sobre o início da vida humana. Se alguém aceita, por exemplo, a teoria da cerebralização, não considerará a interrupção da gravidez nas primeiras semanas como morte de um ser humano. Se, ao contrário, alguém aceita a fecundação como o início da vida humana, considerará toda interrupção da gravidez como homicídio (mesmo que se trate de uma concepção gerada por violação carnal). Vê-se bem as conseqüências que têm tais teorias.

Alguns dados da tradição

No cristianismo primitivo, encontramos, a partir do século IV, a distinção entre feto “anima-

³⁴ P. Chauchard, L'Avortement naturel? *La Croix*, 8 juin 1972, p. 9, citado em Pohier, 1972, p.78.

do” e feto “não-animado”. O problema era o momento da infusão da alma no feto. Só a partir da “animação” é que o feto se tornaria humano. Sob a influência da filosofia e embriologia gregas, muitos, entre os quais S. Agostinho, admitiam a animação sucessiva. Para S. Tomás também, a animação não ocorre no momento da concepção: inicialmente o feto tem alma vegetativa, depois alma sensitiva (ou animal) e finalmente alma humana (no 40º dia). Já S. Alberto Magno e muitos outros teólogos (os “criacionistas”) sustentavam que a animação era imediata – no momento da concepção.

Sob a distinção entre feto animado e feto ainda não animado, muitos teólogos moralistas admitiam, em casos extremos, o aborto de feto ainda não animado. S. Tomás, embora condene o aborto, só considerava homicídio o aborto de feto animado. Thomas Sanchez (1550-1610) admite como provavelmente lícito o aborto de feto não animado, desde que haja razões muito especiais: violação carnal e perigo de vida para a mãe.

Posteriormente, Pio IX (1846-1878) vai acabar com esta distinção entre feto animado e inanimado. A teologia moral vai colocar uma nova distinção: aborto direto e indireto. Todo aborto direto, isto é, feito com a intenção de interromper a gravidez, é imoral. Já o aborto indireto, ou seja, aquele que é provocado não diretamente, mas em consequência de intervenção médica para curar a mãe de alguma doença, é lícito. S. Afonso de Ligüori admite o aborto em caso de risco de vida da mãe. O aborto deixa de ser imoral neste caso (Häring, 1972, p. 173).

Hoje, se admite a morte do feto para salvar a vida da mãe (aborto terapêutico). Neste caso, o critério que entra em ação é o princípio da escolha preferencial entre valores conflitantes (conflito de valores ou conflito de deveres. Rigorosamente falando, pode haver conflito de valores, mas não de deveres: desde que se veja um valor maior do que outro, este se torna dever): o valor da vida da mãe versus o valor da vida do feto; o dever de salvar a vida da mãe versus o valor de salvar a vida do feto. Antigamente, mesmo neste caso, a norma era deixar a natureza seguir seu curso, isto é: nascimento da criança, mesmo com morte da mãe.

Hoje, os teólogos mais conservadores admitem pelo menos o aborto indireto e nos dois casos já clássicos: o da gravidez tubária (gravidez na trompa e não no útero) e o do útero canceroso. Admite-se também atualmente o aborto, em casos bem precisos, quando haja conflito de deveres ou de valores. B. Häring, moralista reconhecido, considerado relativamente conservador, admite o aborto inclusive quando se trata de proteger ou conservar o útero para futuras gestações (1972, p. 180). Ele também admite que, em caso de violação, se a mulher não for capaz de ser convencida a aceitar o filho, o aborto não é imoral (é o chamado caso de “ignorância invencível”) (Häring, 1972, p. 189).

O que é certo, também, é que não se admite a identificação de interrupção voluntária da gravidez com infanticídio (morte de criança depois de nascida) (Häring, 1972, p. 162-163). Nem a teologia os identifica, nem a praxe penitencial da Igreja: para o infanticídio, considerado de maior gravidade, a penitência era maior; a interrupção voluntária da gravidez implicava uma penitência menor que a do infanticídio – era, pois, menos grave, proporcionalmente (Pohier, 1972, p. 91).

Levantamos todos estes elementos da tradição teológica para mostrar que, no fundo, considera-se, pelo menos, que a vida humana de um embrião/feto é de um nível inferior à de uma criança nascida. Ou seja, interrupção voluntária da gravidez não é infanticídio. Se houve tantas hesitações no decorrer dos tempos, se se admite a interrupção voluntária da gravidez – mesmo os conservadores – para tais e tais casos, então é sinal de que o nível de vida humana de um embrião/feto é diferente do nível de vida humana de uma criança nascida. Não se pode considerar a vida de um embrião como se considera a vida de uma criança, nem avaliar a interrupção voluntária da gravidez a partir do infanticídio. São duas coisas bem diferentes. E isto é verificável na própria tradição. Se o caráter humano do embrião fosse o mesmo que o de uma criança, não se poderia admitir a interrupção voluntária da gravidez em caso algum, pois seria homicídio. No entanto, em determinados casos, como se viu, se admite.

Reflexão teológica

1. Introdução

Gostaríamos de iniciar estas reflexões citando a posição de uma das Igrejas protestantes, a da Igreja Luterana dos Estados Unidos:

“Também se se considera o feto como um ser plenamente humano, o significado mais profundo do quinto mandamento (não matar) nos autoriza a sustentar que, quando a intenção de um aborto provocado é a de impedir um dano, uma injustiça ou um mal maior, praticando-o não se comete pecado. (...) Nenhum filho deveria ser constrangido a receber a vida de quem não tem vontade ou capacidade de assumir a responsabilidade pela gravidez, pela criação e educação do mesmo. A nossa preocupação pela criança nos obriga a preferir o aborto provocado no caso de uma gravidez imposta, que teria como resultado um filho não desejado, destinado a sofrer num lar hostil, ou então a ser confiado a uma instituição onde todo o amor que se lhe possa dar não conseguirá jamais fazê-lo superar totalmente o risco de ser abandonado pelos genitores”. “Por isso”, prossegue o documento, “apoiamos a emenda legislativa no sentido que defina como ‘terapêutica’ toda interrupção da gravidez na qual esteja presente ‘um risco substancial para a saúde física ou mental da mãe ou onde haja o perigo que o filho nasça com graves defeitos físicos ou mentais. Sustentamos ainda que o aborto deveria ser considerado terapêutico quando a gravidez for fruto de raptos, incesto ou de outras ações criminosas, inclusive da relação sexual ilícita com uma menor de 16 anos. Em todos esses casos a interrupção da gravidez deveria ser uma opção possível, mas não obrigatória. A admissão destas opções nos parece muito mais coerente com o amor cristão e com a liberdade responsável do que os termos das legislações em vigor na maioria dos Estados” (IDOC 2, Arnoldo Mondadori Editore, 1970, p. 243-244 apud Moser, 1975, p. 19-20).

2. A vida do embrião é um valor absoluto?

Perguntamo-nos: é um valor absoluto a vida do embrião? Valor absoluto a ponto de não se admitir a interrupção voluntária da gravidez mesmo

em casos de: ameaça grave da saúde física ou mental da mulher; perigo sério de deformação física ou alteração psíquica importante do embrião; gravidez de uma menor; gravidez resultante de violação ou incesto; situação social ou socioeconômica da mãe (dos pais) tal que esta seja incapaz de assegurar os cuidados materiais e morais do nascimento e da educação; possível ineficácia ou desconhecimento dos métodos anticoncepcionais?

Que há algo que seja da ordem da vida humana em todo embrião e em todo feto, e que devem ser respeitados como tal, é evidente. Mas é tão evidente que isto pesa mais que sua inviabilidade biológica (deformação física ou mental grave), que a sua incapacidade de entrar em relações humanas, que a impossibilidade dos pais de acolhê-lo condignamente, que a ausência de recursos sem os quais um ser humano não pode ter o mínimo de viabilidade que a dignidade da condição humana exige? Neste caso, estão em jogo valores individuais e coletivos tão importantes quanto a vida do embrião e que devem ser levados em conta se se pretende defender a vida humana – e não apenas a vida do embrião (Pohier, 1972, p. 101-102).

Se a vida do embrião é um valor absoluto, a ser respeitada incondicionalmente, inclusive nos casos supracitados, então nos encontramos na estranha situação de o homem dever ser dominador da natureza, criador de cultura, sujeito da história, mas, ao mesmo tempo, submisso à própria natureza, incapaz de controlá-la, condenado a procriar mesmo em condições não propícias, condenado a aceitar o que a natureza faz mesmo que seja prejudicial à vida humana, submisso às leis biológicas em nome de um imperativo moral. Será esta vida em gestação um valor absoluto, ou o valor principal é a vida humana que já existe, que já nasceu? Hoje, muitos teólogos moralistas admitem o uso de anticoncepcionais: portanto, já neste campo se admite que o homem não seja vítima da natureza, vítima da sorte ou do destino, mas que controle, planeje, segundo aquilo que é melhor para uma vida mais humana. E, quando o método anticoncepcional falha, a mulher é obrigada a assumir o que não desejava ou o que não tem condições de assumir? Antes da concepção, ela tinha o direito

de não querer, e depois da concepção ela se torna vítima do destino, da natureza – é válida esta posição? A consequência é que inúmeras mulheres dão à luz, anualmente, filhos que não desejam ou que não podem acolher, e os criam sem amor ou os entregam a instituições públicas ou privadas.

Diante do problema da interrupção voluntária da gravidez, estamos, na verdade, diante de um desejo de não-procriação. Somente a existência de um tal desejo explica a determinação de mães de vários filhos que já não querem ter outro, ou de mulheres que, desejosas de um dia serem mães, querem poder escolher responsabilmente o momento em que os gerarão, e recusam padecer gestações não-desejadas, julgadas inoportunas. E há mulheres que, simplesmente, não desejam ter filhos – e que se vêem diante de uma gravidez involuntária.

A teologia moral atual já considera válido que, no casamento, haja encontro amoroso sem o desejo imediato de procriação. Se, por uma ou outra razão, a contracepção falha (ou não chega a ser utilizada – caso do estupro) e, em consequência, advém uma gravidez, como fica a situação diante de uma concepção que a mulher (ou o casal) não desejou, que positivamente recusou e acidentalmente sobreveio? Há um dever incondicional de procriação neste caso? Não cremos que o ser humano esteja condenado ao acaso biológico (Quelquejeu, 1972, p. 66).

Que sentido tem a procriação quando ela é desligada daquilo que a funda – o ato de amor? Sem contar o perigo moral e psicológico que corre a futura criança, não tem sentido a gravidez sem amor. É importante também chamar a atenção para o fato de que, no caso de mulheres celibatárias, a moral tradicional – baseando-se no fenómeno biológico – joga toda a responsabilidade sobre a mulher, quando o ser foi concebido por uma mulher e um homem. Se o homem não quer assumir a responsabilidade de um filho, tem sentido exigir somente da mulher, em função do fato biológico, a responsabilidade de fazer nascer a criança, educá-la e levá-la à maturação?

Por que uma mulher, que descobre que seu filho corre o risco de, com grande probabilidade,

nascer deformado – em razão de uma doença durante a gravidez – não pode interromper a gravidez (trata-se do chamado aborto eugênico) para poder posteriormente gerar uma criança em perfeitas condições? O simples fato da concepção é o decisivo? No caso em que é reconhecida uma embriopatia incurável, por que deixar tal embrião vir a nascer – em muitos casos apenas para sofrer solidão, isolamento, sofrimento físico ou mental? (Vouin, 1971, p. 11-12).

3. O caráter humano do embrião

A especificidade humana não pode ser considerada como acabada desde o princípio, mas como processo, como um vir-a-ser constante. A humanização é progressiva: trata-se de um processo de humanização. A atuação de Deus no devir humano é imanente ao ser humano em elaboração (Rahner). Desde o princípio estamos diante de um ser que não é nem homem nem infra-humano, mas que está a caminho de ser homem (posição de H. Rotter, segundo Snoek, 1971, p. 884-886).

Portanto, diante de um embrião, não estamos diante de uma pessoa humana ainda, e sim de uma vida humana em gestação, em processo, em elaboração. O fruto concebido só chega à vida humana progressivamente (Vouin, 1971, p. 6-12). Trata-se não de uma vida plenamente humana, mas de um projeto de vida humana, de uma vida humana em potência, atualizando-se cada vez mais. Não podemos estabelecer com precisão o momento da hominização mas, quanto mais se desenvolve, mais se tem certeza de que um embrião é um ser humano. Temos, no entanto, plena certeza de que um ser concebido é pessoa humana quando nasce. Nascida, a criança é plenamente pessoa humana, não há dúvida (embora tenha ainda inúmeras potencialidades a desenvolver até começar a pensar, a se relacionar, a ser autônoma).

Somente baseados nesta concepção do embrião como vida humana em elaboração, mas ainda não terminada, é que podemos fazer reflexões a respeito da validade da interrupção voluntária da gravidez. Estas reflexões só são válidas para um ser em gestação: não valem, portanto,

para a criança já nascida. Quanto ao início da vida humana no seio materno, há várias teorias; mas quanto a tratar-se de um ser humano depois que nasce, não há dúvida (com as restrições dos casos já indicados de anencefalia).

4. A necessidade de regulação da vida: o ser humano é criado por Deus como co-criador

A reprodução é uma função da vida. Ao mesmo tempo, deve-se dizer que, ao lado dos processos biológicos de auto-regulação (expulsão natural de óvulos fecundados, entre outros), todos os grupos sociais sempre elaboraram processos de regulação da reprodução, não por menosprezo desta função, mas exatamente por ser muito importante para a vida do grupo. E, por ser muito importante não podia ficar inteiramente entregue aos caprichos da natureza ou dos indivíduos (Pohier, 1972, p. 83).

A regulação da reprodução é uma função tão necessária, tão humana, quanto a própria vida, e um respeito pela vida que não respeitasse esta função seria um respeito cego pela vida. Por mais essenciais que sejam os valores dos indivíduos e da espécie, e por mais justa que seja a maneira pela qual a fé insiste neste ponto, não se pode, porém, querer que eles levem a negligenciar outros valores e outras funções que são tão absolutos quanto eles. Achar que é preciso deixar a espécie humana se reproduzir ao máximo, e que o dever dos pais é fazer tudo para que a reprodução se realize sem obstáculos não é certamente a maneira mais cristã de respeitar a vida, a reprodução e os seres humanos (Pohier, 1972, p. 94-95).

Muitos argumentam que a mulher deve aceitar o ser concebido em seu seio, de qualquer modo, pois a Providência se encarregará. E isto mesmo que a fecundação resulte da violação de uma criança de quatorze anos ou simplesmente de um erro de leitura das curvas de temperatura (no método Ogino-Klaus). Mas por que deixar à Providência aquilo que o homem pode dirigir, controlar, regular? Por que entregar ao milagre aquilo sobre que o homem tem domínio? Supor que, pelo fato do embrião ter começado a existir (fecundação), o ser humano nada mais pode fazer, tem de se submeter,

deixar a natureza seguir seu curso, é condená-lo a ser vítima sem necessidade, é negar a inteligência, a liberdade, a capacidade criadora do homem, a sua capacidade de dominar a natureza e construir a história.

Se é verdade que a Tradição sempre insistiu no fato de que Deus é fonte e Senhor da vida, é igualmente verdade que ela sempre insistiu que o próprio Deus confia ao homem este dom: o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, co-criador. Ora, organizar, dominar o mundo e, ao mesmo tempo, submeter-se aos caprichos de sua própria biologia são proposições contraditórias.

Os problemas da interrupção voluntária da gravidez e os da contracepção não devem ser colocados nem resolvidos independentemente, pois se trata, nos dois casos, ainda que de modo diferente, da responsabilidade que o ser humano deve assegurar no que diz respeito ao dom da vida. Considerar que a interrupção voluntária da gravidez e a contracepção sejam, por natureza e em princípio, uma falta contra o homem e contra Deus porque o homem se arrogaria uma responsabilidade que Deus não lhe confiou é algo que deve ser seriamente questionado. Do contrário, o que significa o fato de que Deus tenha criado o ser humano como procriador e co-criador? (Pohier, 1972, p. 105)

A vida do embrião é um grande valor. Mas não é um valor absoluto. O importante não é conservar a vida do embrião a qualquer custo. Muitos teólogos admitem que não se deve necessariamente prolongar qualquer vida humana, por mais degradada que esteja, por todos os meios e em quaisquer condições (Vouin, 1971, p. 6). O importante é que a futura criança nasça em condições de se desenvolver plenamente – condições afetivas, socioeconômicas, psicológicas etc. Não é contra a vida que a interrupção voluntária da gravidez deve ser considerada. Mas exatamente em função da vida. Se aquelas condições não existem e se a mulher não quer o filho, deixa de ter sentido obrigá-la a deixar nascer. Porque nascer não é simplesmente vir à luz: implica dar todas as condições para que a criança se desenvolva. A geração irresponsável de filhos é também um fato a ser recriminado (Moser, 1975, p. 22).

O devir humano do fruto da concepção não é nunca e jamais pode ser um simples processo mecânico ou biológico: é o ato de uma vontade procriadora que deve, ao menos implicitamente, ser produzido e realizado pela mãe, pelos pais e, neles e para além deles, pela comunidade humana. Se faltar uma tal vontade, que será do fruto desta concepção? Procriar é muito mais do que “deixar-ser”, que se aproxima de (quando não é apenas) uma demissão irresponsável. A decisão de fazer nascer engaja os pais e a sociedade em uma série de responsabilidades, não apenas de deixar nascer, mas de educar e de levar à plena maturação. Ela engaja a sociedade a desenvolver uma política familiar e social que ofereça aos casais as condições de possibilidade para ter filhos e criá-los dignamente (Quelquejeu, 1972, p. 67-69).

O “não-matar” bíblico não pode ser aplicado ao caso da interrupção voluntária da gravidez como se aplica ao infanticídio, pois o estatuto da realidade humana em causa não é o mesmo. É interessante aqui ver a posição de Karl Barth. Para ele, a vida é dom de Deus, é liberdade, é graça. Ele condena, de modo geral, a interrupção voluntária da gravidez, mas afirma também: “Digo-lo abertamente: há situações em que a supressão de uma vida em gestação não é assassinio, mas é exigida. Ao afirmar esta exigência, não estamos abrindo uma ‘porta dos fundos’, por onde o crime, que se instala tão facilmente neste domínio, poderia se introduzir. Falamos da possibilidade de Deus, de sua ‘exigência particular’. No concreto, isto quer dizer que, diante de Deus, há responsabilidades a tomar caso por caso”.³⁵ Barth examina, então, as diversas indicações de interrupção da gravidez: médico-somática, médico-psiquiátrica e médico-social, e ele lembra que “a obediência ao mandamento de Deus deve ter a liberdade de se mover dentro de limites que podem ser ora mais estreitos e ora mais largos, que o melhor código seria incapaz de prever”.³⁶ Não se deve, pois olhar a vida do embrião legalisticamente, como algo absoluto. Não é melhor defender ativamente a vida do que respeitá-la passivamente? Em vez de

ela ser um destino, ser uma benção? (Dumas, 1972, p. 10).

5. Conclusão: cabe ao ser humano decidir.

A partir destas reflexões podemos concluir o seguinte:

“Fomos levados muitas vezes a nos perguntar se a apreciação de elementos decisivos no problema do aborto não dependia do julgamento do homem. Se não existem critérios biológicos suficientes para provar, por si só, e de modo quase automático, que todo embrião é um ‘ser humano já’, e se a fé não tem competência especial para fornecê-los, então cabe aos homens julgar, a partir de seus conhecimentos sobre os fatores biológicos da vida humana e de sua viabilidade. Se não existem critérios não-biológicos suficientes para aprovar, por si só e de modo quase automático, que todo embrião possui ‘a capacidade de entrar em relações recíprocas’, e se a fé não tem competência especial para fornecê-los, então cabe ao homem julgar a partir de seu conhecimento sobre os fatores indispensáveis para que esta capacidade possa ser efetivamente dada. Se a auto-regulação da reprodução é uma função essencial à própria reprodução, e se as modalidades espontâneas não são suficientes para assegurá-la ou se a legítima e voluntária intervenção do homem transforma seus processos, então cabe aos homens assegurar, em vista de e por respeito à vida, esta função de auto-regulação. Se a natureza mesma da vida humana faz com que as realidades demográficas, ecológicas, socioeconômicas e psicológicas e culturais não sejam apenas ‘condições’ periféricas e secundárias, mas façam parte da própria essência do homem, então cabe aos homens, a partir do conhecimento que têm destas diferentes dimensões da vida, promover o que a viabilidade da vida humana impõe; mas cabe-lhes também constatar que esta viabilidade impõe nestes domínios um mínimo sem o qual uma vida não pode ser humanamente viável e que eles não podem nem qualificar de humana, nem pretender consi-

³⁵ Karl Barth, *Dogmatique*, 3, 4, 2, p. 101-109, *Labor et Fides*, 1965, citado por Dumas, o.c., p. 12-13.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

derar como tal (mesmo em nome de Deus) uma vida que fosse desprovida deste mínimo. Se existem valores cuja importância faz com que o absoluto do 'não matar' se torne relativo, então cabe ao homem julgar" (Pohier, 1972, p. 103).

O meio normal de planejamento familiar é a contracepção

Após todas estas colocações, poderia parecer que somos favoráveis à interrupção voluntária da gravidez como método de controle da natalidade. Uma posição que nos parece válida, a partir do conhecimento científico da relatividade do fenômeno da concepção e da precariedade da consistência do óvulo fecundado até a sua fixação na parede uterina, é que um processo anti-nidativo (como por exemplo, o DIU – dispositivo intra-uterino) pode ser aceito como equivalente a um anti-concepcional (Snoek, 1971, p. 889). De qualquer modo, porém, devemos dizer o seguinte: a interrupção da gravidez, devido à gravidade de significações relativas ao desejo, à sexualidade, à vida e à morte, que ela sempre comporta, não pode jamais ser considerada como o meio adequado e anódino que um desejo de não-procriação pode escolher para se efetivar. O meio normal é, sempre que for possível, a contracepção (que impede a ovulação ou o encontro do espermatozóide com o óvulo). Quando, porém, esta falha ou se torna impossível, a interrupção da gravidez se torna legítima e, às vezes, necessária (Quelquejeu, 1972, p. 70).

Por esta razão, cremos que deve fazer parte da educação sexual dos casais, da sua formação para uma paternidade responsável, o conhecimento adequado dos métodos anticoncepcionais. Uma utilização cada vez maior deste método tornará cada vez menor a procura da solução pela interrupção voluntária da gravidez.

Devemos dizer também que, em face desta posição, é inaceitável o menosprezo ou o desprezo de uma mulher que, por alguma das razões

apontadas, venha a interromper voluntariamente a gravidez. Não se trata, na nossa opinião, de "ignorância invencível". Trata-se, na maioria dos casos, de uma conclusão provinda do bom senso, passando inclusive por cima dos preconceitos sociais.

Referências bibliográficas

- ANTOINE, Pierre. "Naitre à une vie d'homme", *Cahiers Laennec*, mars, 31º ano, 1971, p. 17-25.
- BONNET, Hélène. "Liberté de l'avortement et libération des femmes", *Lumière et Vie*, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 35-44.
- BOYER, Robert. "Légalité et moralité face à l'avortement", *Lumière et Vie*, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 45-56.
- DEBOUT, Michel. "Sexualité, contraception et Avortement". *Lumière et Vie*, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 23-34.
- DUMAS, André. "Législation française et avortement", *IDOC International*, Seuil, nº 34, 1970.
- GILLET, Michel. "Une histoire d'amour et de mort". *Lumière et Vie*, ago-out, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 6-22.
- HÄRING, Bernard. *Ética médica*. Roma: Ed. Paoline, 1972, 400p.
- LAZARUS, Antoine. "Enfance handicapée et avortement", *Cahiers Laennec*, mars, 31º ano, 1971, p. 41-44.
- MOSER, Antonio. "O início da vida humana e o aborto provocado". Petrópolis, curso mimeo, 1975, 31p.
- POHIER, Jacques-Marie. "Réflexions théologiques sur la position de l'Église Catholique", *Lumière et Vie*, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 73-107.
- QUELQUEJEU, Bernard. "La volonté de procréer: réflexion philosophique", *Lumière et Vie*, Tomo XXI, nº 109, 1972, p. 57-72.
- RODRIGUES, Válder. *Aborto: problema de saúde pública*. Petrópolis: Vozes, 1967, nº 11.
- ROUX, Charles. "Quelques notions de pathologie congénitale", *Cahiers Laennec*, mars, 31º ano, 1971, p.º 26-40.
- SCHOOYANS, Michel. *L'avortement, problème politique*. Louvain, 1975, 52 p.
- SNOEK, Jaime. "Aspectos biológicos, éticos e jurídicos do aborto". *Revista Eclesiástica Brasileira*, dez, v. XXXI, fasc. 124, 1971, p. 878-890.
- VOUIN, Robert. "Le problème des avortements licites", *Cahiers Laennec*, mars, 31º ano, 1971, nº 5-16.

Direitos sexuais e reprodutivos

Entrevista com Daniela Knauth

Daniela Knauth é graduada em Ciências Sociais, mestre em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutora em Etnologia e Antropologia Social, pela Ecóle des Hautes Etudes em Sciences Sociales, na França. Atualmente, trabalha no Núcleo de Pesquisa do Corpo e da Saúde da UFRGS e desenvolve pesquisas na linha Sexualidade e Aids na Faculdade de Medicina da Universidade.

*Uma questão bastante discutida no Brasil, principalmente nestas duas últimas décadas, é o direito sexual e reprodutivo. A doutora Daniela Knauth conversou com a **IHU On-Line**, por telefone, em dezembro de 2006, sobre as questões abordadas no Seminário Sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos no âmbito do Cone Sul, coordenado por ela, e que aconteceu em Porto Alegre, dia 15 de dezembro de 2006.*

IHU On-Line – Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres estão sendo discutidos em todo o país. Há muitos tabus referentes à questão do direito sexual no Brasil?

Daniela Knauth – O Brasil possui dois movimentos. Internacionalmente, o país tem se destacado com posições bastante progressivas em relação à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Nosso país é signatário de alguns documentos internacionais que garantem os direitos sexuais e reprodutivos aos cidadãos. Com isso, podemos dizer que o Brasil é muito mais avançado do que países como os Estados Unidos. Por outro lado, no cotidiano brasileiro, ainda vemos a violação desses direitos, discriminação e preconceito em relação à orientação sexual. Um exemplo de tabu é visto claramen-

te quando a questão sexual é uma razão para não contratar pessoas para uma empresa.

IHU On-Line – Quais são as garantias que as mulheres necessitam em relação à sexualidade e reprodução e que hoje são negadas nos direitos humanos?

Daniela Knauth – Acredito que o foco principal deve ser a questão da igualdade de direitos e autonomia sobre o próprio corpo. Não devemos buscar garantir direitos de pequenos grupos, mas que todas as pessoas, apesar da identidade sexual, tenham direitos iguais e autonomia sobre o corpo. Aí entra a questão do aborto, que é uma garantia do direito da mulher sobre seu corpo.

IHU On-Line – No último seminário sobre Direito Sexual, que aconteceu em Santa Maria, discutiu-se que o acesso ao aborto seguro no Brasil é desigual por questões jurídicas. O que a senhora pensa a respeito?

Daniela Knauth – Concordo, pois pessoas com menor poder aquisitivo realizam abortos inseguros, arriscando muitas vezes a própria vida, enquanto que pessoas com maior poder aquisitivo realizam abortos com todos os meios modernos e em condições seguras. Tenho mostrado que o aborto no Brasil é uma realidade, só que a possibilidade é dada segundo o poder aquisitivo.

IHU On-Line – O aborto também é uma questão muito delicada. O bioeticista Peter Singer afirma que o feto não tem direito a vida porque não é um ser autoconsciente. Outros bioéticos dizem que a vida começa

já na concepção. Qual o seu ponto de vista sobre esta questão?

Daniela Knauth – Na verdade, eu defendo, a partir da premissa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, a autonomia sobre o próprio corpo. Nessas discussões de como se inicia a vida, o foco são os direitos do feto, mas, quando olhamos sob a premissa dos direitos sexuais e reprodutivos, a questão se centra no corpo da mulher. A partir disso, é o direito dela sobre o seu próprio corpo, e não o direito do feto. É uma questão bastante polêmica, mas o interessante é percebermos como isso é utilizado de forma diferenciada conforme os interesses de cada um. Por exemplo, quando falamos em transplantes, a discussão é sobre a morte encefálica – o coração bate, mas as funções cerebrais acabaram. No entanto, a discussão muda quando há um caso de interrupção de uma gravidez onde o feto é anencéfalo. Então, o debate centra-se sobre se o feto tem ou não tem vida. Então, o critério que se usa, no primeiro caso, é sobre o interesse na questão dos órgãos. Já quando entra a questão do aborto, a discussão se complica mais porque entram as questões religiosas.

IHU On-Line – Se os programas de contracepção não estão ajudando, de que forma, então, a gravidez na adolescência pode ser combatida?

Daniela Knauth – Uma das coisas que temos visto é a desvalorização dos jovens, sobretudo dos jovens de classe mais pobre. Acredito que o mais interessante seja promover a valorização de jovens através da inclusão deles na escola, no mercado de trabalho e em outros ambientes em que a gravidez não se apresenta como uma única alternativa de vida. Por exemplo, as pesquisas mostram que não é por falta de informação que os jovens não usam contracepção ou proteção. Essas jovens engravidam por outras questões, como as de gênero, que ainda precisam ser muito mais discutidas. As diferenças entre masculino e feminino deveriam fazer parte dos programas de orientação sexual, mas não são contemplados. Esses programas só abordam questões biológicas, mas não discutem o processo e o papel dos jovens na sociedade.

IHU On-Line – Jaqueline Pitanguy, diretora do Cepia, afirmou que o código civil brasileiro tem avançado significadamente na luta das mulheres por seus direitos. Já a professora Marta Roverly de Souza afirma que a inexistência de pesquisas recentes do comportamento sexual e reprodutivo das brasileiras impossibilita políticas públicas que dêem conta do problema. Como a senhora vê essa questão?

Daniela Knauth – A partir da década de 1990, tivemos uma série de pesquisas científicas sérias trabalhando a questão da sexualidade. Por isso, eu não concordo que não existam pesquisas sobre a sexualidade brasileira. Eu acredito que exista a dificuldade de utilizar os dados dessas pesquisas. Os gestores têm dificuldades de usarem os dados científicos que se tem sobre diversidade sexual. Um exemplo claro é a questão da gravidez na adolescência, pois os dados científicos que temos mostram que a gravidez na adolescência em si não teve um crescimento. Porém, a gravidez em outras faixas etárias diminuiu, fazendo com que as adolescentes grávidas ficassem em evidência. Há uma série de pesquisas que mostram que pensar só através da contracepção não é eficaz e não resolve o problema. Por isso, eu creio que é muito mais uma forma dos gestores verem o problema do que a ausência de pesquisa sobre o tema.

IHU On-Line – A homoparentalidade é uma questão bastante delicada. De um lado, os defensores à adoção de crianças por casais homossexuais. De outro, os defensores da moral e dos bons costumes. Como esta questão vem sendo discutida sem ferir os dois lados? Há pesquisas sobre o perfil psicológico das crianças adotadas por casais homossexuais?

Daniela Knauth – Esse é um outro exemplo de como que as pessoas que estão trabalhando com isso não olham pesquisas relacionadas a essa questão. Há um levantamento de uma pesquisadora, vinculada ao Núcleo de Pesquisa do Corpo e da Saúde da UFRGS, que mostra que, há mais de duas décadas, se tem pesquisas internacionais sobre crianças que foram criadas por casais homos-

sexuais. Nenhuma delas mostrou que essas crianças teriam maiores problemas cognitivos, afetivos, físicos do que crianças criadas por casais heterossexuais. Os dados científicos não justificam essa postura adotada, uma postura preconceituosa e moralista, de não aceitar a criação de crianças por casais formados por pessoas do mesmo sexo. Os argumentos que usam para refutar não são calçados em questões científicas, mas em questões morais, especialmente valores religiosos. É preciso que argumentos laicos e não religiosos sejam usados, pois as pessoas têm diferentes religiões e não devem interferir na vida de outras pessoas que têm outras crenças religiosas.

IHU On-Line – A senhora organizou o Seminário sobre Direitos Sexuais, em Santa Ma-

ria, em dezembro de 2006. De que forma temas como diversidade sexual, aborto e religião foram abordados durante o encontro?

Daniela Knauth – Ele é um seminário centrado em direitos sexuais, mas a questão da diversidade sexual está no cerne desta problemática. Ela foi abordada através da perspectiva do direito na palestra do juiz federal, Roger Raupp Rios, que falou sobre como se pensa e se concebe direitos sexuais a partir do prisma dos direitos humanos, tendo a igualdade de direitos com a questão central. A questão da religião foi abordada pelo juiz de direito estadual Roberto Loréia, que falou sobre o estado laico e as políticas de direitos sexuais. A questão do aborto entrou indiretamente, pois está inserida na esfera dos direitos reprodutivos, que andam junto com os direitos sexuais.

Bioética e religião: integradas na construção do ser humano

Entrevista com Silvio Rocha

Silvio Rocha é teólogo. Atualmente, atua como pastor da Igreja de Nazareno e desenvolve trabalhos de auxílio espiritual no Hospital de Clínicas da Unicamp.

*Não há como separar os conceitos que regem a Bioética das crenças e religiões predominantes na sociedade. Mudar essa posição é quase impossível e desnecessária, defende Silvio Rocha na entrevista concedida à **IHU On-Line**, por telefone, publicada nas **Notícias do Dia**, em 12 de fevereiro de 2008. Segundo ele, o debate religioso deve estar integrado aos estudos da Bioética, não só porque as religiões influenciam diretamente nos parâmetros da sociedade, mas porque essa temática ajuda na permanência de determinados valores. Para ilustrar seu ponto de vista, Rocha lembra as discussões em torno da utilização de embriões nas pesquisas com células-tronco. Nesse debate, argumenta, “a posição religiosa foi importante para a discussão da Bioética, porque tem se criado novos meios de conseguir células-tronco, que não por meio de embriões”.*

IHU On-Line – O conceito de Bioética é considerado plural, interdisciplinar, responsável e com alto nível de senso de humanidade. De que forma o sistema de crenças de uma pessoa está inserido no conceito de Bioética?

Silvio Rocha – Bioética é um tema plural, discutido academicamente nas universidades, nos comitês de ética, de pesquisa. Mas, nesse contexto plural da Bioética, a questão espiritual ou religiosa não pode ficar de fora, porque muito das questões éticas e bioéticas tangem indiretamente ou diretamente à questão da espiritualidade das pessoas.

Os valores espirituais também têm relação com a moral e, claro, com a ética dos seres humanos. Então, não há como deixar essas questões fora da discussão de Bioética.

Esse é um tema novo ainda, que tem sido discutido mais abertamente no Brasil nos últimos dez anos. Hoje, a Bioética tem se tornado uma discussão imperiosa, dado o avanço da ciência em várias áreas. Entretanto, nós ainda estamos desenvolvendo uma visão de Bioética brasileira, pois até pouco tempo tínhamos uma percepção importada dos países do Norte e da Europa. Nos comitês de Bioética, percebo que os debates em torno dela estão avançando, interessando a mais pessoas, que se habilitam para uma discussão cada vez mais séria e profunda.

IHU On-Line – De que forma a espiritualidade afeta percepção e leitura da Bioética?

Silvio Rocha – A Bioética procura captar os valores da sociedade em que ela está inserida. No caso do Brasil, que é um país de maioria cristã, os valores morais são coerentes com uma visão judaico-cristã da nossa cultura. Então, é claro que os princípios que nós defendemos dentro da Bioética são coerentes com os valores legais e espirituais existentes na nossa cultura judaico-cristã. Nessa perspectiva, a Bioética sempre irá trabalhar em cima de valores que são defendidos de maneira geral pela sociedade, como o direito à vida e à autonomia do ser humano, por exemplo. Então, obviamente, há uma influência da religião, pois os conceitos que regem nossa moral foram fundamentados basicamente, desde o começo da história, pela religião.

IHU On-Line – Muitas vezes, os pacientes tomam decisões com base em questões religiosas e, por pudor ou temor, não comunicam o real motivo para os médicos que os atendem. Esses profissionais estão preparados para compreender tais decisões e orientar o paciente sobre qual seria a melhor escolha, respeitando sua fé?

Silvio Rocha – Isso está começando a ser feito. Essa iniciativa ainda é nova dentro do contexto médico. A Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas (Unicamp), por exemplo, instituiu, há dois anos, o curso de Bioética dentro da grade curricular da Medicina, que justamente ajuda os alunos a debater, discutir e entender essas questões. Inclusive, o padre Norberto Bonfim e eu já ministramos algumas palestras aos estudantes, para que eles possam compreender esse pensamento religioso e entender por que uma pessoa não deseja doar ou receber sangue. A idéia dessa integração entre religião e medicina é fazer com que o médico respeite o paciente, saiba conversar com ele, estabelecendo um diálogo mais próximo, entendendo, assim, um pouco melhor seu universo religioso.

Quando o médico não tem mais subsídio para dialogar, ele pede, muitas vezes, para a família conversar com o paciente, ou até mesmo para nós, da área de capelania.

IHU On-Line – O paciente que está espiritualmente bem é menos sujeito à depressão e à dor?

Silvio Rocha – O paciente pode estar bem clinicamente, ao mesmo tempo em que enfrenta problemas psicológicos. Na nossa prática, nós percebemos que nem sempre a enfermidade e a patologia que traz o paciente ao hospital é o seu maior problema. Geralmente, a patologia é apenas uma conseqüência de problemas mais graves, de ordem pessoal, familiar, que ele traz. Então, um paciente clinicamente estável nem sempre está bem de maneira geral. Nós sempre analisamos o paciente de uma forma global, integral. A equipe multidisciplinar, aqui, existe justamente para isso, para dar um suporte mais amplo ao paciente e ajudá-lo não só na área clínica.

IHU On-Line – Como essa relação entre Bioética e espiritualidade entende assuntos como células-tronco, eutanásia e aborto?

Silvio Rocha – Na área de saúde, o relacionamento é bom, porque a equipe é multidisciplinar, composta por profissionais de diferentes áreas. Assim, a conversa é sempre aberta.

A discussão de células-tronco esteve sempre presente por conta dos embriões. Religiosamente, existe uma posição contrária ao uso de embriões para pesquisas, pois se entende que embriões são seres vivos. Esta discussão foi tema de debate numa reunião do comitê de Bioética. Avaliamos que essa posição religiosa foi importante para a discussão da Bioética, porque tem se criado novos meios de conseguir células-tronco, que não por meio dos embriões. Se não houvesse essas discussões, talvez os estudos com células-tronco embrionárias persistissem com entusiasmo, até hoje. Percebo que houve um avanço da ciência nessa área, justamente em função desses debates. Assim, a discussão da Bioética é útil não só do ponto de vista religioso de defesa da vida, mas para avaliar as ações da ciência. Obviamente, esse debate não tem como objetivo atrapalhar a ciência, mas enriquecê-la.

IHU On-Line – O senhor e o padre Norberto Bonfim trabalham juntos, tratam das mesmas pessoas, mas têm religiões diferentes. O quanto isso é benéfico para os pacientes?

Silvio Rocha – Nós trabalhamos com pessoas de diversas religiões. Majoritariamente, são católicos e evangélicos de várias denominações, e até pessoas de religiões não-cristãs. Mas nós atendemos a todos que podemos ajudar, sem necessariamente realizar ritos religiosos. Se os pacientes pedem algum sacramento ou algo específico da sua fé, isso é providenciado. Nós temos ligações com outros grupos religiosos que têm a liberdade de vir assistir os membros de suas religiões, sem nenhum problema.

IHU On-Line – Que diferença o senhor e o padre Norberto Bonfim estão fazendo no mundo espiritual?

Silvio Rocha – A nossa presença visa a ser um sinal de luz, de conforto, de esperança dentro do

ambiente em que trabalhamos na área da saúde, do sofrimento, da dor. Pretendemos, com esse trabalho, estabelecer uma presença palpável da graça de Deus nesse lugar. Não nos consideramos simples ministros religiosos. Temos a missão de estar junto dessas pessoas e de fato ajudá-las, seja apenas ouvindo-as quando elas necessitam ou

ministrando um sacramento. Tentamos fazer tudo que está ao nosso alcance para ajudar e minimizar a dor e o sofrimento dos pacientes. Nós estamos aqui para iluminar esse lugar de dor, de trevas. Foi assim que Cristo fez, nos ensinou, e é para isso que estamos aqui.